

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FLÁVIA BATISTA RIBEIRO

**A DIMENSÃO DA FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO APRENDENTE: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO**

São Paulo

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FLÁVIA BATISTA RIBEIRO

**A DIMENSÃO DA FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO DO
SUJEITO APRENDENTE: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO**

Monografia apresentada como exigência
Parcial para a obtenção do Certificado de
Especialização em Psicopedagogia-Curso de
Pós-graduação “Lato Sensu” da PUCSP
Orientadora: Prof^a. Dra.Terezinha Calil Padis Campos.

São Paulo

2009

Agradecimentos:

Ao curso de psicopedagogia e seus colaboradores por me colocar em história, em especial a professora e Doutora Terezinha Calil Padis Campos pela orientação deste trabalho.

Aos alunos que me ensinaram: Giovanna, Lucas, Cristiane, Juarez, Marcelo, Ingrid, Pedro, Luana, João Pedro, Heloísa, Mariana. M, Mariana. S, Kaíque, Gabrielle, Gustavo, Isabella, Maria Eduarda, Pedro H, Sophia, Anna Luíza, André, Beatriz, Fernanda, Gabriel, Gian, Guilherme, Kauan N, Kauan C, João S, Luíz, Marcos, Mariana A, Mateus, Matheus, Nathally, Pedro Ricardo, Sarah, Ananda, Arthur B, Déborah, Gabriel G, Mariana P, Victor, Wallace e Yasmin.

Ao Rafael Valderramos pela compreensão, diálogo e apoio.

E a Nilza Santos por acreditar na educação como prática transformadora.

Resumo:

Este trabalho enfatiza a dinâmica familiar e sua implicação na constituição do sujeito aprendente.

Embasado na psicopedagogia possibilita a orientação dos pais e auxilia os profissionais que atuam com crianças com dificuldades de aprendizagem.

Desta forma, inicia pelo conceito de família e sua estrutura no século XXI, no qual demonstra o ciclo de vida familiar e permite conhecer os estágios do desenvolvimento humano e resgatar as lacunas que o sujeito vivenciou, uma vez que estas lacunas são possíveis geradoras das dificuldades de aprendizagem.

Abrange as relações aprendente-ensinante dentro do contexto familiar com ênfase na função materna e paterna. E no último capítulo retrata a importância da família no atendimento psicopedagógico e a intervenção do psicopedagogo perante a família e o suposto sujeito problema de aprendizagem.

Palavras Chaves: aprendizagem, família, psicopedagogia e sujeito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
 CAPÍTULO I.	
FAMÍLIA, A PRIMEIRA MODALIDADE ENSINANTE.....	11
1.1 A FAMÍLIA NO LIMAR DO SÉCULO XXI.....	16
1.2 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO Á LUZ DO CICLO VITAL DA FAMÍLIA.....	24
 CAPÍTULO II.	
NASCE UM SUJEITO APRENDENTE.....	32
2.1 DIALÉTICA ENTRE SUJEITO ENSINANTE E O SUJEITO APRENDENTE.....	38
2.2 O PSICOPEDAGOGO E AS RELAÇÕES PRIMÁRIAS.....	41
 CAPÍTULO III.	
FUNÇÕES PARENTAIS.....	46
3.1 FUNÇÃO MATERNA.....	46
3.2 FUNÇÃO PATERNA.....	56
 CAPÍTULO IV.	
A PRESENÇA DA FAMÍLIA NO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO.....	59
4.1 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: COMO RESULTADO DA EXPERIÊNCIA FAMILIAR.....	60
4.2 INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DIANTE DA FAMÍLIA.....	72
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
 BIBLIOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

A psicopedagogia trabalha com a interdisciplinaridade e atua com as instituições: família, escola, hospitais, empresas e entre outros. No processo de intervenção do sujeito problema de aprendizagem, o psicopedagogo envolve a criança, a família e a escola na mesma dinâmica, a fim de situar o paciente nas relações aprendentes e ensinantes. Ainda que o sujeito apresente fracasso escolar ou problemas de aprendizagem, a psicopedagogia o considera como ser pensante e autor, que tem capacidades e possibilidades para aprender e ensinar. A criança nas suas dificuldades já tem um aprendizado, mesmo que aprisionado, o sustenta na sua dificuldade e manifesta-se na forma de sintoma.

O problema de aprendizagem da criança pode ser um problema reativo escolar, quando neste a origem está na prática pedagógica. Também pode apresentar quando o biológico está comprometido, ou ainda da ordem familiar, quando neste espaço as relações familiares, criam expectativas e situações de aprendizagem que interferem nas estruturas cognitivas e afetivas.

Os problemas de aprendizagem são desencadeados por inúmeros fatores que se apresentam em grupo ou individualmente. Logo, é necessário que o foco de análise não fique restrito ao paciente, mas estenda-se aos grupos e suas relações.

O diagnóstico psicopedagógico visa detectar as fraturas no aprender, as queixas da professora, dos pais e da criança são sondadas e todas as informações transmitidas através do gesto, da atitude, do olhar, da palavra e do sintoma são colhidas. E nós, psicopedagogos, a princípio, buscamos compreender em quais momentos, ou seja, em quais condições, pelo quê e para quê, o prazer de aprender foi substituído e desta forma iniciamos o processo de intervenção.

Quando realizei o diagnóstico psicopedagógico, o problema de aprendizagem da criança estava em torno do contexto familiar. Percebi que os pais precisavam ser acolhidos do mesmo modo que as crianças, logo o trabalho psicopedagógico estendeu-se a orientação familiar. Este processo desencadeou questionamentos: família e aprendizagem são caminhos que se

cruzam? Como conscientizar os pais a reverem os seus papéis? Como apontar que os filhos às vezes não correspondem ao filho idealizado?

Por meio dessas considerações e da experiência acadêmica, compreendi que a dinâmica familiar contribui nos processos de aprendizagem da criança e que este universo é essencial para auxiliar o trabalho psicopedagógico. Logo, o tema da monografia surgiu, impulsionando-me a pesquisar a dimensão da família na constituição do sujeito aprendente, a fim de auxiliar os profissionais que estão envolvidos com a escola e com a clínica, frente aos novos desafios da criança com dificuldades de aprendizagem e aos pais que compartilham deste processo.

A família, segundo o dicionário Aurélio, significa pessoas aparentadas do mesmo sangue que vive na mesma casa composta particularmente do pai, mãe e filhos. Enquanto termo, a palavra origina-se do latim *famulus*, que corresponde ao conjunto de servos dependentes de um chefe.

Cada família tem sua dinâmica, crenças, costumes, valores, cultura, conflitos, comportamentos, ideais e tradições; estas são compartilhadas a cada membro. A instituição familiar exerce inúmeras funções: de identificação social, de reprodução, de sobrevivência e de proteção. E cabe a família garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes à educação, saúde, alimentação, lazer e cultura.

Dentro do sistema familiar cada componente delega uma tarefa e estabelece um papel. No ambiente familiar, o bebê aos poucos se integra no mundo adulto, aprende os hábitos com seus pais e recebe orientações e estímulos para adaptar-se na dinâmica no qual está inserido. Assim, a família desempenha um papel importante no processo de aprendizagem do sujeito, os genitores são os primeiros ensinantes da criança e acabam determinando a modalidade de aprendizagem dos filhos.

A criança na sua espontaneidade expressa seus sentimentos, emoções, habilidades e limitações. Alguns pais não valorizam as produções dos seus filhos, um exemplo muito comum é na pré-escola: a criança por volta de três anos de idade faz um desenho, e este por não corresponder a reprodução do

objeto, que é normal pela idade, os pais criticam: “Nossa não parece uma árvore! Só rabisca”.

A evolução do desenho merece um estudo a parte, porém quero frisar que muitos pais, não só com os filhos pequenos, criam expectativas de um filho imaginário, não reconhecem o filho real, não conhece que cada criança tem um ritmo e surgem os conflitos tanto para a criança quanto para os pais, pois esta não corresponde ao modelo idealizado.

Deste modo, a entrevista com os pais, conhecida como anamnese, possibilita a compreensão da história do sujeito, bem como a modalidade ensinante-aprendente. Além disso: “A visão familiar da história de vida do paciente traz em seu bojo seus preconceitos, normas, expectativas, a circulação dos afetos e do conhecimento, além do peso das gerações anteriores que é depositado sobre o paciente” (Weiss, 1997, p.61).

A família cumpre uma tarefa sólida no processo de aprendizagem. Mas será a família o elenco fundamental para sustentar os primeiros passos do sujeito rumo aprendizagem? De que forma as funções parentais viabilizam a constituição do sujeito aprendente?

Este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica. As referências bibliográficas deverão partir das obras de Alicia Fernández e Sara Paín, na finalidade de alinhar o conceito de sujeito aprendente e ensinante, dentro da perspectiva familiar. Ampliarei a investigação nas leituras do D.W. Winnicott, que dará ênfase nas funções parentais. Buscando o entendimento e a origem da família, apoiarei nas obras de: Áries, Helen Bee e Osório. Além do material já citado, ancorado na psicanálise, analisarei estudos de outros autores psicopedagogos, que serão importantes para o embasamento da pesquisa.

Paín concebe aprendizagem como processo de adaptação e de sobrevivência. Compara o processo de aprendizagem humana da aprendizagem animal. Nos animais, as modalidades “do que fazer”, vem inscrita através do código genético. E no ser humano, diferente dos animais:

“... Não sabe fazer nada por sua inscrição genética. As modalidades do “seu fazer” tem que ser ensinadas. Para isso tem inscrições genéticas, mas que só lhe permitem aprender. Podemos dizer que a única habilidade que o ser humano tem é da aprendizagem”. (Paín, 1984, p.2)

Segundo Fernández, para ocorrer o processo de aprendizagem precisa estar em cena:

“Seu organismo individual herdado;
Seu corpo construído especularmente;
Sua inteligência autoconstruída interacionalmente e
Arquitetura do desejo, desejo que é sempre desejo
do Outro.(Fernández,1991,p.47.)

Estes signos/ensinos possibilitam ao sujeito apropriar-se e recriar-se do conhecimento que está no outro para adequar-se ao seu estilo individual de aprender.

Desta forma, aquele que simultaneamente aprende e ensina; é chamado de sujeito autor, o sujeito da psicopedagogia, que está presente nas relações humanas, bem como: professor e aluno, marido e esposa, terapeuta e cliente, pais e filhos.

Na relação mãe e bebê, ocorrem os primeiros vínculos, através do olhar mútuo de ambos, acontece um encontro necessário para ocorrer o aprendizado. A mãe desloca o olhar para um determinado lugar, objeto ou pessoa que são objetos de conhecimentos e o filho acompanha e apropria-se de tal conhecimento transmitido. Assim a relação a dois, passa a ser a três. Portanto, incumbe à mãe incluir o pai nesta dinâmica, apresentar para o bebê o pai.

Para aprender é fundamental a presença do aprendente e do ensinante que se relacionam através do vínculo. Compreende-se que a primeira modalidade de ensino do sujeito é a família.

Finalizando, conforme Vygotsky, a aprendizagem incide em um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca. E toda aprendizagem da criança tem antes uma pré-história.

Pré-história que começa no momento da concepção e determina a situação afetiva dos pais em relação aos futuros filhos; história que facilita ou prejudica o desenvolvimento do sujeito.

Esta pesquisa tem por objetivo chamar a atenção para a importância da família, bem como as funções maternas e paternas no processo de construção do sujeito da aprendizagem. Enfatizar as relações interpessoais em situações cotidianas. Compreender a dinâmica familiar e sua implicação direta para o êxito da aprendizagem.

E ainda, ampliar o olhar psicopedagógico a fim de possibilitar o acolhimento dos pais que vivenciam efetivamente a dificuldade do filho e orientar a família na tocante superação da criança idealizada à criança real.

É nosso dever, enquanto psicopedagogos, diante dos clientes que compartilham suas dificuldades:

“Investi-los de caráter de sujeitos pensantes, capazes de aprender”. (Fernández, 2001, p.52).

E nossa função, perante aos pais, que depositam a confiança dos seus filhos em nós:

“... não julgar se foram bons ou maus pais, mas favorecer a expressão, criando um clima afetivo e compreensivo”. (Fernández, 1991, p.124).

1. FAMÍLIA, A PRIMEIRA MODALIDADE ENSINANTE

Durante o nascimento, o crescimento, a juventude e ainda na velhice o ser humano no sentido global, tem um referente: a família. É no seio familiar que o sujeito é socializado, através da família herda-se o sobrenome, as tradições, culturas, valores e aprendizagens.

O termo família, no sentido leigo, são pessoas do mesmo sangue ou admitidas por adoção que vive na mesma casa. Entretanto, a idéia de família não se reduz apenas a este vocabulário, ela estende-se ao contexto histórico, econômico e social.

Enquanto a origem da família acredita-se que através das necessidades humanas, os povos sucessivamente se organizaram e deste modo surgiram às instituições, entre elas a família e o casamento.

Entende-se que o casamento é uma relação sobre contrato para a produção e sustentação dos filhos, declaração pública e registro legal de uma tentativa de companheirismo e, além disso, um vínculo relativamente permanente admitido por um casal.

Família é uma instituição social, anterior ao casamento, que depende de outras instituições. E segundo Sumner e Keller citado por Koenig:

“Os principais interesses que deram margem ao surgimento das instituições são a fome, o amor, a vaidade e o medo, que correspondem aos impulsos de autopreservação, sexo, gratificação pessoal e o temor do sobrenatural. Essas forças socializadoras agiram sobre todos os seres humanos e, em consequência, surgiram instituições tanto para satisfazê-las como para regulá-las e controlá-las.” (Koenig, 1988, p.90).

Reiterando: não possível definir o que é família, mas é admissível compreender a sua estrutura e o seu funcionamento, a partir do contexto, dos povos e culturas.

Na Idade Média, período compreendido entre o século V até meados do século XV, a família vivia em uma realidade social e moral que não priorizava as relações humanas, uma vez que a linhagem tinha por objetivo assegurar aquisição de bens, tradições, status e nome.

Conforme Ariès, as casas das supostas famílias medievais, não era um lugar particular destinado ao descanso, ao bem-estar e a privacidade. A vida era mais

pública do que privada, moravam-se muitas pessoas em um mesmo quarto, todos compartilhavam os mesmos objetos e momentos. Prossegue o autor:

“É preciso haver um espaço mínimo, sem o qual a vida familiar se torna impossível, e o sentimento de família não pode nem se formar nem se desenvolver.”
(Ariès, 1981, p.179).

As crianças tinham pouca importância na família, às mortes das crianças, consistiam em um consentimento normal, no qual ela era substituída por outra criança e não fazia falta. Esta cultura retrata que a infância, o sentimento de família não era validado, visava-se a estrutura e não a qualidade nas relações entre os membros.

Não existia diferença da infância e a adolescência. A criança era concebida como um “pequeno adulto”, trabalhava por volta dos sete anos de idade ou quando a capacidade física era patente aos serviços propostos. Assim, a liberdade para brincar era tolhida desde cedo e o sentimento de infância durava pouco, era trocado pelos afazeres.

As escolas eram destinadas apenas aos clérigos e as crianças consistiam em ser cuidadas por outras famílias, habitava em casa que não a sua, da qual recebiam aprendizagem social e doméstica, técnicas de um trabalho específico e princípios de como se comportar educadamente na sociedade. O serviço doméstico confundia-se com a educação.

A ausência das crianças no seio familiar, não permitia as interações vinculares entre pais e filhos. O sentimento de família: de cuidado, atenção e proteção eram desconhecidos. Não havia vida em família, os laços afetivos tão pouco eram priorizados e as necessidades individuais das crianças e adolescentes não eram atendidas.

A linhagem era o único envolvimento familiar que existia na Idade Média. E o enfraquecimento da linhagem no final da Idade Média, meados do século XV, deu origem ao surgimento da família conjugal ou família nuclear composta de marido, esposa e filhos. Assim, no fim do século XIV até o século XIX, a família moderna surge com um estilo diferenciado da família medieval.

A infância foi “descoberta” no século XIII, entretanto somente no século XVI, passou a ser concebida e ocupar o lugar na arte, nas gravuras e na família. O retrato

das crianças em torno dos membros familiares confirmou a aproximação dos pais com os filhos.

As crianças passaram a receber instruções da escola, no entanto, somente os meninos tinham acesso ao ensino escolar, enquanto as meninas aprendiam com suas mães as tarefas domésticas e trabalhos artesanais, bem como: o bordado e a pintura. As informações escolares determinavam diretamente os compromissos e as responsabilidades dos pais. A atenção para com a criança foi assegurada em torno da alimentação, saúde, cuidados de higiene e amor.

O sentimento de família teve início no século XV e, no século XVII simultaneamente com o acesso escolar desdobrou o sentimento familiar.

Durante o século XVIII, o resguardo das crianças, a preocupação com a privacidade familiar e a igualdade entre os filhos passou a ser valorizada nas famílias e principalmente nas igrejas. O infante não se misturava com os adultos e a ingenuidade e a pureza passou a ser preservada.

Ariès menciona, de forma poética, a inserção da criança no seio familiar:

“A criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou melhor limitar seu número para melhor cuidar dela.”

O significado da adolescência e a preocupação com esta fase consolidaram apenas no século XIX. Concomitantemente o estudo passou a ser valorizado e, no século XX, as mulheres tiveram acesso ao universo acadêmico.

A noção de família decorre de um período histórico, enquanto composição, costumes, valores e crenças. E o modo do funcionamento familiar se adapta a expansão econômica, política, social e tecnológica.

No ponto de vista de Prado:

“A família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado.” (Prado, 1982, p.12).

Embora existam as mais variadas e complexas formas de família, é no meio familiar que ocorre a socialização e a promoção do desenvolvimento na vida do sujeito.

Através da necessidade de um espaço voltado para a identidade e a privacidade, nasceu o sentimento de família, que delegou ao âmbito familiar um papel determinante no desenvolvimento da afetividade, da sociabilidade, do bem estar físico, psicológico e social da criança e do adolescente.

É no núcleo familiar que acontece as relações humanas e as primeiras aprendizagens que gradativamente possibilitará a integração do sujeito à cultura:

“No homem, os comportamentos não vêm inscritos geneticamente, mas só a possibilidade de adquiri-los. O modo de criar um filho, de comer, de falar, não se herda, se aprende.” (Fernández, 1991, p.51)

Além disso, a família apresenta aspectos positivos na vida do sujeito: permite a produção de pessoas felizes, estáveis, seguras e emocionalmente equilibradas; quando os pais além dos cuidados básicos de sobrevivência, oferecem aos filhos orientação, acolhimento, compreensão e apoio. E como qualquer outra instituição, apresenta aspectos negativos: imposição de leis, normas rígidas, elevado grau de superproteção e permissividade; contribuindo para a formação de pessoas inseguras, agressivas, desequilibradas e apáticas. E quando o meio é continente, acolhedor; de acordo com Polity (1997), ele propicia à criança melhores condições para lidar com seus impulsos agressivos e amorosos.

O aprender e o ensinar estão implicados na relação vincular que inicia na família e ampliam-se nos demais sistemas; através dos primeiros vínculos que acontece com a mãe e o seu bebê.

O primeiro ato de aprendizagem acontece quando o bebê está em atividade de sucção, embora a sucção seja um reflexo inato, ao levar o seio à boca, simultaneamente o bebê entra em contato com o objeto de conhecimento e para realizar outros esquemas de “ação”, precisará reorganizar os esquemas mentais a partir do que já tem constituído.

Logo, as relações familiares necessitam ocorrer de forma saudável, porque o sistema vincular poderá favorecer aprendizagem ou dificultá-la, uma vez que a capacidade de estabelecer vínculos é a condição para aprender.

“O aprender transcorre no seio de um vínculo humano cuja matriz toma forma nos primeiros vínculos mãe-pai-filho-irmão, pois a prematuridade humana impõe a outro semelhante adulto para que a criança, aprendendo e crescendo, possa viver.” (Fernández, 1991, p.48).

Para ocorrer o processo de aprendizagem precisa ter o ensinante e o aprendente. Estes dois personagens ocupam o lugar subjetivo, que estão relacionados às experiências que o meio oferece ao sujeito, que incidem em um espaço objetivo, presente na relação: professor-aluno, marido-mulher, pai-filho.

A família é a primeira modalidade ensinante, porque a maneira de relacionar com o objeto de conhecimento correspondem com a história de cada sujeito, que obedece à dinâmica imposta, em consonância com a real experiência da aprendizagem e como foi interpretada pelos pais. Deste modo, o sujeito constitui sua modalidade de aprendizagem através do núcleo familiar e consecutivamente ampliam-se nas demais instituições.

Fernández define a modalidade de aprendizagem:

“Molde relacional ou esquema que cada um de nós se relaciona com o outro como ensinante, consigo mesmo como aprendente e com o conhecimento como um terceiro de um modo singular”. (Fernández, 2001, p. 78).

Modalidade de aprendizagem supõe um molde relacional, ou seja, cada sujeito utiliza para aprender um conjunto de organização dos aspectos (conscientes, pré-conscientes e inconscientes) da ordem da significação, da lógica, da simbólica, da corporeidade e da estética. Além disso, é a ferramenta adequada que propende a esquadrihar em nós mesmo a possibilidade de aprender.

E ainda, a modalidade de aprendizagem, ocorre espontaneamente e permite apropriar-se do objeto de conhecimento; através da elaboração objetiva e subjetiva. Por exemplo: uma criança que nunca viu uma galinha e a mãe entra com a criança no mercado e, então lhe mostra um frango congelado e diz ser a galinha. Logo a relação que a criança estabeleceu com o animal, permitiu ela apropriar-se do conhecimento ordenando e classificando, de forma que sua percepção de galinha inicialmente ficará ancorada naquela que viu no mercado. Assim, a concepção que a criança tem de galinha, corresponde à elaboração objetivante. Entretanto, a elaboração subjetivante corresponde à experiência que, o sujeito havia de galinha, a partir das fantasias, contatos e imagens sobre esse animal.

A modalidade de aprendizagem não é engessada, mas transforma-se ao longo da vida, incluindo novas aprendizagens e, quando a modalidade enrijece são sintomas de uma possível dificuldade de aprendizagem.

1.1A FAMÍLIA NO LIMAR DO SÉCULO XXI

Hoje como está a composição e a estrutura familiar? As funções e que preconceitos a família traz em seu bojo? O que se herdou com tempo? Como as crianças são percebidas? O que estamos vivenciando especularmente na família brasileira? Como se compreende a dinâmica familiar?

Um pouco da nossa história: Brasil período colonial

O Brasil, no período colonial, século XVI até XIX, na área da lavoura canavieira do nordeste tinha por característica a família patriarcal, composta de mãe, pai, filho, genro, escravos, vizinhos e etc; no qual se organizou como patriarcal a partir do modelo da família portuguesa.

“... desde o início da colonização as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Esta situação, associada a vários fatores, como a descentralização, administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância.”(Sâmara, 1983,p.10)

Deste modo, as condições locais do período colonial fortaleceram a composição e o relacionamento entre os membros da família patriarcal, atribuindo à figura paterna a conduta de ser o provedor do lar, manter o sustento da prole, honrar a família e preservar a linhagem, que desencadeou a autoridade masculina. O papel da mulher era mais restrito, sua função era de procriar e realizar tarefas domésticas.

O núcleo familiar patriarcal era composto de várias origens sobre duplo aspecto: um relacionado ao casal, filhos, genro, nora e netos e a outra composta de: filho ilegítimo, concubina, parentes, agregados, afilhados, escravos e amigos. O paternalismo era prestigiado pela sociedade a partir da quantidade de pessoas que pudesse manter.

As taxas de mortalidade das crianças eram elevadas, no parto poucas sobreviviam, enquanto outras não chegavam aos cinco anos de idade. O fato das crianças morrerem na sua pouca idade está relacionado ao modo dos cuidados básicos de sobrevivência: a mãe tinha muitos filhos, os partos eram realizados pelas

parteiras, as crianças eram amamentadas pelas amas de leite, ficando propício à instauração de doenças e infecções. O cuidado com a saúde da mulher e da criança não eram assistidos.

Os laços de parentesco, trabalho e amizade caracterizavam a família patriarcal. A família patriarcal apresentava apenas um segmento da população brasileira, a área canavieira do nordeste.

Através dos dados coligidos, a família paulista no século XVIII e XIX, segundo os recenseamentos tem por peculiaridade de um até quatro elementos que viviam na mesma casa, não sendo necessariamente o casal, estendendo-se a homens e mulheres com ou sem filhos.

A vida fora do âmbito familiar desencadeou uma complexa teia de relações. O celibato foi responsável por esta trama familiar, o solteiro trazia para sua casa agregados e escravos em vez dos afilhados e parentes.

Os homens deixavam a família por condições econômicas, os filhos menores saíam de casa para aprender um ofício e quando casavam os domicílios eram independentes sem a compleição dos pais.

As crianças ilegítimas derivam do celibato e concubinato. Entretanto, filhos ilegítimos eram cuidados por estranhos ou entregues a caridade pública e quando permanecia juntamente com a família paterna, era submetido a esconder sua ascendência, porque, eram rejeitados e censurados pela sociedade.

Cabe ressaltar, que através da necessidade de mão de obra, os escravos e os agregados passaram habitar nas residências urbanas e rurais. Embora os escravos e agregados fossem em pequenos números, testamentos comprovam que existia o clima afetoso entre ambos; quando a parte dominada mostrava serviço e obediência eles tinham por recompensa à liberdade e o direito à herança.

A família paulista apesar de constituir-se em estruturas simples e de poucos integrantes não deixou de estabelecer os vínculos com os parentescos, apresentando de forma harmoniosa nas cerimônias do batismo e do casamento.

Documentos compilados da família paulista rompem com a idéia de que toda a família brasileira surgiu do modelo patriarcal.

No território brasileiro, a separação, foi legalizada no século XVIII, pela igreja e pelo estado. As separações eram formalizadas mediante ao adultério, doença, abandono de lar, injúria e ainda o casal deveria ter mais de dois anos de união para

ser concedido o divórcio. Uma vez separados, a igreja e o estado não aprovavam a possibilidade para um suposto casamento.

Os casamentos não eram desiguais, ou seja, o que predominava era a valorização entre pessoas da mesma cor, grupo social, ocupação, origem, religião e recursos econômicos. A união do casamento era dotada de interesse, prestígio e estabilidade social. O amor era consequência da vida conjugal.

O casamento nas condições impostas pela sociedade estendia apenas a uma camada da população, pois a dificuldade em constituir o enlace matrimonial estava relacionada aos recursos financeiros, de modo que os supostos maridos deveriam garantir a sobrevivência da esposa e dos filhos em vida e em morte.

O consentimento dos pais era contundente para a legalização das uniões, o filho que rebelava contra as decisões paternas era punido, de forma não ter parte na herança e ainda não receber benefícios na época do casamento.

O maior número de casamentos era predominado pelas mulheres brancas da elite. As condições econômicas dos menos favorecidos induziram ao celibato e a falta de pretendente segundo os critérios sociais, fortaleceu as relações entre primos e tios com as sobrinhas.

Após a independência, meados do século XIX não existiam entraves legais para a constituição do casamento, bastava estar de acordo com os sentimentos paternos; porém na prática, a união desigual era marcada pela discriminação social.

Mesmo com a influência da igreja e as pressões sociais o, concubinato e filhos ilegítimos aumentaram gradativamente.

Um olhar na tessitura familiar

Compreende-se por instituição, os costumes mais relevantes para os grupos e, que perduram por longos períodos, unânimes em quase todas as sociedades, presente desde o nascimento do sujeito até a morte. As instituições sociais são inter-relacionadas, ou seja, dependem uma das outras.

Na concepção de Della Torre (1979), família é a instituição que acontece os fatos mais importantes na vida do sujeito: o nascimento, crescimento, casamento e morte. Não é apenas um grupo biológico, mas um grupo regido por normas, aprendizagens, costumes e sanções que regulamentam a constituição.

Toda instituição tem uma função e estrutura. A família desempenha inúmeras funções: econômica, educacional, reprodutiva e sexual. Enquanto função econômica assegura os meios de subsistência e bem-estar que implica na divisão dos trabalhos. E a função educacional, propende à transmissão dos hábitos e conhecimentos, necessários para a prole participar da vida em grupo. E correspondem as seguintes estruturas:

- Estrutura pessoal: os membros que compõem a família;
- Estrutura de equipamentos: o bem material/imaterial, herança, imóveis, automóveis;
- Estrutura de organização: a organização dos equipamentos e membros familiares, bem como: matriarcal, patriarcal.
- Estrutura de comportamento: Normas que equilibra as condutas do sujeito;

A família enquanto instituição social está perdendo seu papel, porque as crises familiares: divórcio, separação, diminuição de casamentos, gravidez precoce e perda de autoridade materna e paterna; resultam em relações complexas.

Indicadores apontam que a família sempre existiu, pois, certamente os homens já viviam em grupo para sobreviver. A família é um agrupamento social que apresenta relações diferenciadas entre seus membros.

O ambiente familiar conduz ao processo de socialização e os pais são os referentes, responsáveis pelo fracasso ou êxito dos filhos. Muitas vezes, os lares é a fonte de violência e abandono doméstico e através das barbaridades, é notório, que as gerações estão desfiguradas e os pais desqualificados culturalmente.

O tema família é um assunto abrangente e, discursos televisivos, instituições e profissionais buscam cristalizar um padrão ideal, em relação ao comportamento dos membros e a composição, da vida em família. Entretanto, a partir das fantasias, relações interiorizadas e projeções; cada componente caracteriza o próprio meio em família ideal ou imperfeita. Segundo Mello:

“...hoje, no modelo ideal de família burguesa, de tal modo que é esse ideal que povoa a imaginação de todos, mesmo daqueles que tiveram experiências familiares desastrosas ou nem mesmo viveram a experiência da família. Parece que tendemos a reconstruir uma família boa, aquela que desejamos e não tivemos. No entanto, a constatação da distância que separa a família real da família ideal, aparece como uma fonte de desqualificação para os sujeitos e , por extensão, para o seguimento da sociedade ao qual pertencem.” (in:Carvalho,1995,p. 59)

Desde a forma primitiva, a família nuclear continua a ser concebida, como o padrão de família ideal. Entretanto, as famílias recompostas, constituídas de novos núcleos familiares, têm espaço cada vez maior na mídia e na literatura.

O mundo familiar é o palco de muitas interpretações e cada sujeito gera um universo pessoal de significações através das experiências obtidas no próprio lar.

O casamento, instituição social, conduz as novas relações e posteriormente o início de uma nova vida em família. E a relação conjugal pressupõe: direitos iguais, responsabilidades, deveres, inserção de novos papéis e condutas.

As relações conjugais não se restringem apenas na união do homem e mulher, mas profere a união sexual afetiva por homens e mulheres, do mesmo sexo ou não, que tem como objetivo compartilhar a vida. A dinâmica conjugal não obedece a critérios enquanto filhos e ritos de casamento religioso ou civil, contudo se altera a partir do processo civilizatório que é considerado.

Não existem fórmulas de como viver plenamente feliz na vida conjugal, entre outros fatores, as relações saudáveis e duradouras, está vinculada na participação e ajuda que mutuamente o casal predispõe a constituir o desejo pessoal do parceiro, por meio do diálogo, cooperação e estímulo.

Atualmente o fator que estabelece o maior número de casamentos são os laços afetivos. Contudo, a união homem e mulher, deveriam ser baseadas em objetivos coletivos sólidos, de forma a garantir e a somar na manutenção do grupo financeiramente, psicologicamente e socialmente.

Cada sociedade apresenta leis em relações aos casamentos, no Brasil é considerada uma idade limite para aprovar o matrimônio e proíbe o incesto.

O casamento poderá exercer a:

- Monogamia: quando permite que o cônjuge tenha apenas uma esposa;
- Poligamia: este modelo permite que o sujeito possa ter dois ou mais cônjuges. Este conceito é ramificado em poliandria, que é a união de uma mulher com dois ou mais homens e a poliginia, que implica no casamento de um homem com várias mulheres.

Enquanto forma, o casamento poderá apresentar em:

- Endogamia: diz respeito, da união permitida dentro de um mesmo grupo;
- Exogamia: considera o casamento com membros de outros grupos.

No sistema de filiação existe:

- Famílias matrilineares: quando herda-se o sobrenome da mãe e considera apenas a linhagem materna;
- Famílias patrilineares: herda o sobrenome do pai e considera a linhagem paterna;
- Famílias multilineares: que considera tanto a linhagem materna quanto a paterna.

Em relação à autoridade a família pode ser:

- Matriarcal: a mãe assume a autoridade;
- Patriarcal: a figura central é o pai e, tem autoridade sobre a mulher e os filhos;
- Paternal: o pai representado como personagem principal, mas não possui autoridade absoluta como no modelo patriarcal.

A sociedade brasileira tem por característica a família multilinear, monogâmica e exogâmica; baseada na família conjugal, que é limitada quanto ao número de elementos.

As atividades das crianças refletem no brincar, nos estudos e atividades esportivas. A família, de forma geral, reconhece os direitos dos filhos e visam a proporcionar além das condições básicas de sobrevivência.

Através da valorização infantil, expandiu gradativamente pesquisas e serviços especializados direcionados à criança.

Do mesmo modo que a infância passou a ser assistida por especialistas das áreas educacionais, publicidades, mídia e ter grande valor nesta fase. A infância é vítima de maus tratos domésticos.

Com a re-significação do papel do infante, aumentou o número de creches e escolas, com a finalidade de prestar serviços de cuidados e proteção do menor na ausência da mãe que está frente ao mercado de trabalho e atender as necessidades infantis, potencializando o desenvolvimento corporal, afetivo, cognitivo e social.

A escola não substitui a família, mas é um ambiente de aprendizagem que contempla a participação efetiva dos pais. A escola não pode perder seu papel de mediar o conhecimento, transmitir informações e de educar para e pela cidadania; em troca da manutenção alimentícia e emocional.

A busca pela auto-realização revela que os homens e as mulheres estão cada vez mais livres para fazerem suas escolhas em relação à vida familiar.

As características da família moderna são: a livre escolha do cônjuge, a harmonia do lar, a valorização da mãe em interação com seus filhos e a participação do homem com a gestação da mulher.

A mulher tem um papel significativo no mercado de trabalho. Com esta alteração os homens não é o único responsável pela manutenção e sustentação do lar.

O salário precário e o alto índice de desemprego preocupam as famílias em relação aos provedores e consumidores do lar, porque sem trabalho a família não se realiza totalmente.

A dinâmica familiar da elite e da classe popular é diferente. Logo, o fator econômico tem impacto sobre as famílias, interferem nas relações, nos valores, ideologias e culturas.

Grande parte de crianças e adolescentes são obrigados a abandonar o ensino para trabalhar em prol do sustento. E devido aos serviços que necessitam força física e destreza, os homens, cada vez mais cedo, são substituídos pelos membros mais jovens da família. Assim o trabalho formal e informal desdobra das crianças até os pais, alterando as relações de poder intrafamiliar.

Desde a origem familiar, o termo família, pressupõe as relações mediadas pela posse e obediência, que se estende até os dias atuais.

A autoridade implica em uma hierarquia, cujos componentes tem seus direitos e deveres específicos, porém desiguais. Para conhecer os vínculos entre a organização das famílias e como atua na constituição dos filhos é necessário examinar as relações de autoridade e poder dos componentes.

Atualmente circula na educação familiar um mal estar cultural: há famílias que restringem a liberdade dos seus membros em desenvolvimento e outras não inculcam a responsabilidade e a ética.

Pessoas cada vez mais individualistas, mães solteiras, homossexualismo e processo de gestação uterino, por exemplo, são questões contemporâneas e justifica o quanto que a família está em crise e conseqüentemente projeta um novo padrão de homem, mulher e posteriormente de família.

os aspectos que afetam a família, em razão da nova configuração familiar, conforme Osório são:

“ a maior incidência das separações conjugais e as correspondentes reconstruções familiares, a crise na autoridade dos pais, a instabilidade profissional e a insegurança financeira dos responsáveis, a sobrecarga com o atendimento a progenitores senis pela manutenção do lar, os fracassos escolares dos filhos, a falta de perspectiva no mercado de trabalho para os jovens, a alienação pelas drogas e o aumento da violência urbana”. (Osório, 2002, p.19)

A conquista da sociedade contemporânea se desdobra no livre exercício da sexualidade. E o novo paradigma da sexualidade ancora-se no prazer e não na procriação, determinando distintas configurações e objetivos na constituição da família.

A autonomia e a reciprocidade são virtudes do casal moderno, neste modelo o que perdura é a mutualidade. A moral moderna supervaloriza singularidade: liberdade individual, aceitação da homossexualidade e não existência de filhos.

As mudanças que vem ocorrendo a partir de uma ideologia igualitarista e que reflete no sistema familiar são: liberdade do exercício sexual, ampla aceitação do divórcio, maternidade voluntária fora do casamento, proliferação dos arranjos conjugais.

Para a grande maioria da população a família nuclear assume um significado simbólico, modelo hegemônico, ou seja, pautado na ideal ordenação da vida doméstica. A família nuclear predomina, entretanto cresce o número de família matrifocais, constituída de uma mulher e seus filhos de uma ou mais união.

Os casamentos são constituídos por decisões pessoais em prol do amor, entretanto carece aos sujeitos estabelecer objetivos sólidos, de repensar no ajuntamento familiar como uma prática contundente da vida em família, atentando para os objetivos e conseqüências que determinado ajuntamento poderá se revelar.

Pode-se dizer que todo esse arquétipo de relações compõe o núcleo familiar e família são agrupamentos sociais diferentes entre si que convivem na mesma casa e estabelecem ligações afetivas e de cuidado mútuo. E mesmo que a família sofra transformações, cada membro precisa reconhecer a responsabilidade que lhe compete. Finalizando com Pôster:

“... a história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e suas próprias implicações.” (in: Carvalho, 1995, p.24).

1.2O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO Á LUZ DO CICLO VITAL DA FAMÍLIA

Todos os seres humanos, mesmo que não cheguem à fase última da vida, obviamente vivenciou todas as etapas do ciclo vital no próprio contexto social ou no âmbito familiar. Estações da vida com características próprias: virtudes e vícios aliados a um começo, meio e fim. Quais as contribuições psicopedagógicas frente ao processo do ciclo vital familiar? O que o psicopedagogo precisa saber?

Da psicopedagogia

A psicopedagogia surgiu no Brasil no final da década de setenta, a partir da necessidade de encontrar soluções para os problemas de aprendizagem.

A associação brasileira de psicopedagogia é um espaço aberto para divulgar e discutir diferentes tendências teóricas e metodológicas, no qual promove o acesso via internet e oferece congressos, artigos e pesquisas científicas, destinados aos profissionais da área educacional ou de outros campos que a ela se dedicam.

Nas visão de Maria Irene Maluf (in: Bossa, 1994), a atuação psicopedagógica é semelhante à psicologia escolar e educacional, afirmando que os objetos de estudos são os mesmos.

O objeto de estudo poderá ser o mesmo, entretanto a contribuição da psicologia escolar, da psicologia educacional pressupõe um outro olhar que não é o mesmo da psicopedagogia. Conforme Bossa, a psicopedagogia:

“É uma área recente, resultante da articulação de conhecimentos dessas e de outras disciplinas, apontando com novos caminhos para a solução de problemas antigos.” (Bossa, 1994, p.2).

O exercício psicopedagógico se estrutura a partir das teorias e contribuições de outras áreas, pela busca das soluções do problema de aprendizagem. E ainda se caracteriza pela abordagem clínica e preventiva.

O termo psicopedagogia, é de difícil compreensão, pressupõe a junção da psicologia e da pedagogia. Os autores que conceituam a psicopedagogia trazem em seu bojo unanimemente a prática interdisciplinar, ou seja, de um novo objeto de conhecimento que apesar da contribuição da pedagogia, psicologia, filosofia e sociologia, este novo conhecimento pertence ao campo psicopedagógico.

Para melhor definir a psicopedagogia é necessário recorrer ao seu objeto de estudo. Os problemas de aprendizagem e o fracasso escolar inicialmente estavam baseados em discursos que predominava a concepção organicista e outras práticas que supervalorizava o psicológico e carecia do pedagógico. Na visão de Bossa:

“A psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda: o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da pedagogia... a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.”(Bossa, 1994,p.11)

Além dos inúmeros fatores que a psicopedagogia visa a identificar e prevenir nas fraturas no aprender, o trabalho psicopedagógico, se apóia nas relações do sujeito com o meio, em que participam o biológico, o afetivo e o intelectual. O psicopedagogo precisa ter uma visão holística dos problemas de aprendizagem e buscar a partir das diferentes disciplinas e abordagens teóricas a resposta do não-aprender.

Uma intersecção possível: psicopedagogo e o ciclo vital da família

A idéia de ciclo vital surgiu na década de sessenta, fundamentado na percepção de crise, correspondente à passagem de uma fase para outra. O ciclo vital são etapas das vidas em que passa os seres humanos: o nascimento, a infância, a adolescência, a idade adulta, a senilidade e a morte.

O ciclo vital requer uma análise ótica da ordem:

- Biológica demarcado pela ordem cronológica, dos processos de desenvolvimento e maturação;
- Cultural, pois depende da concepção que cada cultura tem das fases vitais;
- Psicológica referente aos aspectos subjetivos e objetivos;

O ciclo vital da família passa pelos seguintes critérios: mudanças no tamanho da família, mudanças na composição por idades e as mudanças na posição profissional.

Conforme Cervený (1997), toda fase é marcada por crise, ou seja, pelas oportunidades e perigos subdivididos em quatro partes: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última.

A fase de aquisição é caracterizada pela construção de um novo núcleo familiar: desde casais que se unem pela primeira vez até as adolescentes grávidas que vão morar com suas mães.

O nascimento de um bebê não está vinculado apenas a partir da concepção biológica, mas sua formação já tem antes uma pré-história, ou seja, os pais inconscientemente traçam a história do filho: já estabelece um nome em que este corresponde à fantasia e o sobrenome deriva da tradição, realizam projetos futuros e formatam a dinâmica familiar. Muitas vezes, o filho indesejado carrega uma enorme parcela de culpa no seio familiar.

A definição dos papéis de homem e mulher na sociedade atual está emerso de valores e características em transição, que corroboram para as funções maternas e paternas serem desprovidas de preparo para o cuidado dos filhos. Neste ponto de vista, por exemplo: os pais são ensinados a serem competitivos no mercado de trabalho e o homem “não deve chorar”, mas antes reprimir suas emoções e, ao mesmo tempo para cuidar do seu bebê precisa ser sensível, amável e presente. Existe uma discrepância do que a sociedade decreta daquilo que ensina.

Na segunda fase, a organização familiar é marcada pela entrada dos filhos na adolescência. Nesta etapa, os adolescentes estão em transição para a fase adulta desencadeando as alterações físicas e hormonais.

Adolescência é um período de ajustamento sexual, social, ideológico, vocacional de emancipação dos pais; no qual estão sempre em busca de uma resposta: “quem sou eu?”, a procura da identidade.

Típico deste estágio, os adolescentes têm os mesmos hábitos que outros adolescentes da mesma idade: respostas para todos os problemas, sentimento de onipotência em que acreditam que as fatalidades ocorrem com os outros e não com ele, disposição voluntária das pessoas mais velhas que favorecem as aspirações, contestações de valores, medo da exposição ao ridículo, incapacidade de assumir vários papéis, escolha da carreira que lhe parece gerar status e remuneração. No processo de adolecer também predomina as ambigüidades contraditórias emocionais: “sei o que é melhor pra mim” e “tudo está perdido, não sei o que fazer”.

São grandes os medos e os desafios que os adolescentes enfrentam, por exemplo: sexualidade, estudos, aceitação do grupo, interação com os colegas, orientação vocacional e o alistamento militar. O medo do conflito pode fazer o adolescente a evitar fazer perguntas ou compartilhar idéias, e isso cria distanciamento e falta de confiança no relacionamento familiar e social.

Fase complexa, marcada pelas descobertas e inquietações, tanto para os pais que acompanham as mudanças dos filhos e dos jovens que tem que abdicar da vida infantil e ter a responsabilidade da vida adulta. Os adolescentes precisam tomar as próprias decisões e simultaneamente necessitam sentir seguros com a orientação dos pais. Logo, a relação parental estabelece um conflito de via dupla, porque para os pais existe também um processo de desprendimento, já que o filho não é mais uma criança, devendo estabelecer uma nova relação de vínculos com o filho adolescente.

A fase madura da família é formada por adultos jovens e casais de quarenta até sessenta anos de idade. Predomina na dinâmica familiar a saída do primeiro filho de casa, inclusão da terceira geração, cuidados com a geração mais velha, revisão do significado e função do casamento.

Neste estágio, tanto os pais como os avôs precisam de atenção e ajuda financeira e emocional. A família nuclear perde membros para a nova família que vai nascer e, conseqüentemente os pais sentem a perda numérica e emocional.

As famílias na maturidade concretizam as tarefas básicas relativas aos adultos (consolidação profissional, sistemas de valores e regras coerentes com o grupo cultural e manutenção do sistema familiar). Pais e filhos se reconhecem como semelhantes: os filhos alcançam o status de adulto e os pais o status de maturidade de ter cumprido seu papel.

O relacionamento adulto entre pais e filhos tende aos conflitos, porque o filho que está em casa sairá para constituir sua própria família e, muitas mães vivenciam o segundo parto e o casal volta a ser a dois. Entretanto na nossa sociedade, existe o maior número de filhos adultos morando com os pais, por conta da adolescência que começa mais cedo e termina mais tarde e dificulta a constituição de um novo núcleo.

Com a chegada de um membro na família, todos os demais avançam na escala de relacionamentos e o casal em fase da maturidade cumpre a tarefa de atender as necessidades dos parentes da terceira idade.

As características da fase madura para a fase última, por exemplo, são: viuvez, perda de autonomia e fragilidade física. A fase última é marcada pela reestruturação dos papéis, na velhice os papéis são eliminados e a profissão denota um luto, porquanto a aposentadoria é um ritual de fim de carreira e posteriormente corrobora com a perda de um papel, de modo que o idoso não ocupa mais a função e nem o status de antes. Isso é mais uma perda do que ganho, eles sentem-se motivados e úteis quando estão em atividade.

Característico da fase última, a fase do balanço intergeracional é uma fase que o idoso olha para o passado e retrata sua história e confere os projetos de vida e entende que não há mais tempo para as mudanças, e ainda, momento de reflexão sobre a vida e a morte a partir das novas gerações que estão surgindo por meio dos laços sanguíneo.

Quando o casal idoso perde autonomia, os filhos e netos apresentam uma nova ocupação: o ato de cuidar. É necessário que a terceira idade seja acolhida, pelos membros familiares e, que concedam ao idoso, uma função dentro do meio familiar a fim de proporcionar a auto-estima. Em nossa cultura, os filhos têm dificuldades de assumir o papel de cuidadores.

O idoso que compartilha o mesmo ambiente físico com outros membros da família poderá sentir acolhido ou em estado de solidão por medo do incomodo. A velhice é entendida como a fase problema, os idosos não são assistidos e boa parte sofre com o descaso doméstico, público e social. A família merece de seus parentes um espaço saudável, com condições dignas para envelhecer nos aspectos social, emocional e geográfico.

Helen Bee (1997) fez estudos minuciosos sobre o ciclo vital, e desta forma define as três mudanças básicas que ocorrem com a idade:

1. Mudanças referentes às idades, comum à todas as espécies:
 - Processos biológicos presentes em todos os seres humanos e alterações no corpo físico por conta do código genético;
 - Crescimento, pressupõe mudanças gradativas em relação ao tamanho e quantidades;
 - Maturação, os processos que geram as mudanças por meio da puberdade, hormônios, estrutura e anatomia corporal. Ressaltando que o ambiente sempre interfere na maturação, ou seja, um bebê que convive em um ambiente empobrecido desenvolverá menores conexões neurais;

2. Mudanças comuns aos subgrupos particulares, na qual os elementos crescem juntos:

- A criança por volta dos sete anos de idade faz avaliação global do outro e de si mesma e logo, desenvolve o senso de auto-estima.
- Os jovens adultos têm mais papéis do que os demais membros e na meia idade os papéis são limitados;

3. Mudanças individuais não partilhadas:

- Experiências individuais que modelam a vida do sujeito: do impacto do divórcio sobre o filho, do filho adotivo, das expectativas do idoso que vive sozinho, da gravidez precoce na adolescência, por exemplo, são questões singulares que alteram a dinâmica familiar.

O desenvolvimento de cada sujeito é moldado por eventos específicos e, além disso, várias são as teorias que pensam o desenvolvimento humano. Entretanto é imprescindível compreender as duas dimensões:

1ª. Pautado no desenvolvimento sem um ponto ou meta final. Ciclo de vida familiar analisado através de uma teoria sociológica dos estágios.

Em relação ao ciclo de vida familiar, Durvall enumera em oito estágios e compreende a vida adulta por meio de vários papéis familiares, de modo que as estruturas familiares não são permanentes pelo fato dos papéis se modificarem. Por exemplo: Nascimento do primeiro filho, acréscimo do papel de pai.

2ª. O desenvolvimento tem uma meta que nos conduz a uma direção e uma forma mais complexa do pensamento, por meio de estágios determinados. Presentes, por exemplo, nas teorias psicanalíticas (Freud e Erikson) e nas teorias cognitivistas desenvolvimentais (Piaget, Vygotsky e Wallon).

TEORIA PSICANALITICA DE FREUD: DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL:

ESTÁGIO	IDADE	ZONAS ERÓGENAS	FONTE DE CONFLITO
ORAL	0-1	Boca, lábios e língua	Desmame
ANAL	2-3	Ânus	Controle dos esfíncteres
FÀLICO	4-5	Genitais	Édipo
LATÊNCIA	6-12	Nenhuma área específica	Desenvolvimento dos mecanismos de defesa
GENITAL	13-18	Genitais	Intimidade sexual madura

TEORIA PSICANALITICA DE ERIKSON: DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL:

ESTÁGIO	IDADE	CRISE PSICOSSOCIAL	PRINCIPAL TAREFA DO DESENVOLVIMENTO
ANOS INICIAIS	0-1	CONFIANÇA X DESCONFIANÇA	Confiança na mãe e na própria capacidade;
ANOS INICIAIS	2-3	AUTONOMIA X VERGONHA/DESCONFIANÇA	Novas habilidades e treinamento do controle dos esfíncteres;
ANOS INICIAIS	4-5	INICIATIVA X CULPA	Organização de atividade com objetivos e conflito do Édipo;
IDADE ESCOLAR	6-12	ATIVIDADE X PRODUTIVIDADE	Absorção de habilidades culturais e escolares;
ADOLESCENCIA	13-18	IDENTIDADE X CONFUSÃO	Grupos de parceiros, modelos de liderança e busca de valores;
JUVENTUDE	19-25	INTIMIDADE X ISOLAMENTO	Formação de grupos familiares;
FASE DE AQUISIÇÃO	26-40	PROCRIAÇÃO X ESTAGNAÇÃO	Produção, criação de filhos e conquista profissional;
FASE ÚLTIMA	41+	INTEGRIDADE X DESESPERO	Integração dos estágios anteriores;

Teoria Cognitivo-desenvolvimental de Piaget:

ESTÁGIO	IDADE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
SENSÓRIO-MOTOR	0-2	Inteligência prática; Afeto global às primeiras preferências; Dependência, Anomia e Egocentrismo (inconsciente);
PRÉ-OPERATÓRIO	2-7	Esquemas simbólicos e transição para operações mentais; Escolhas espontâneas (impulsividade); Submissão aos adultos, egocentrismo, anomia/heteronomia;
OPERATÓRIO-CONCRETO	7-11	Esquemas conceituais e operações mentais concretas; Emergência da vontade; Melhor integração do eu; Maior regulação da vida afetiva;
OPERATÓRIO-FORMAL	11+	Cooperação; Egocentrismo em declínio; heteronomia/autonomia

Fica perceptível que no processo do desenvolvimento humano, segundo as teorias descritas acima, a família cumpre certa dimensão decisiva e formadora na constituição do sujeito/aprendente, pois o período de cada fase ocorre nas primeiras relações mãe e bebê, em que posteriormente estendem às demais relações humanas. Ampliando essa idéia, segundo Helen Bee:

“Um ótimo desenvolvimento requer um ambiente que satisfaça as necessidades peculiares de cada período. O bebê necessita de suficiente estimulação oral e anal; o garoto de quatro anos precisa de um pai presente que com quem ele se identifique e uma mãe que não seja tão sedutora. Um ambiente inicial inadequado deixará um resíduo de problemas não-resolvidos e necessidades não-satisfeitas que são levados aos estágios subseqüentes”. (Bee, 1997, P.62).

Problemas não-resolvidos são os possíveis geradores das dificuldades de aprendizagem.

O ciclo vital familiar tem influências na constituição do sujeito aprendente. Polity menciona:

“O grupo familiar desloca-se através do seu ciclo vital segundo padrões relacionais, que influenciam diretamente na relação com a aprendizagem e nas expectativas que o grupo familiar deposita nos membros. As crises, os grandes momentos da vida do grupo, marcam especialmente o caminhar do sujeito por estes estágios, paralisando-o ou oferecendo condições para que ele atravessasse este processo, como algo natural e saudável.” (Polity, 2001, p.39).

A psicopedagogia tem em seu âmago as relações humanas. O atendimento psicopedagógico com o sujeito/cliente estende a mediação familiar e cumpre a promoção à saúde e ao bem estar. Logo é necessário compreender de que forma em geral os seres humanos constroem o conhecimento, como se desenvolvem, o lugar que sujeito ocupa na família e de que modo, na sua individualidade aprende.

Portanto é necessário buscar a compreensão do homem integrado no sentido global, relevando para os aspectos biológicos, psicológicos, cognitivo, afetivo, sociais e culturais. Entretanto, as fases de cada período não devem ser compreendidas como protótipos determinantes porque o sujeito corre o risco de ficar engessado dentro de uma prática psicopedagógica de modo a limitar e rotular o seu aprendizado.

2. NASCE UM SUJEITO APRENDENTE

Do ponto de vista psicopedagógico a aprendizagem é compreendida enquanto processo e função; pois, depende de um sujeito que ensina e um personagem que aprende e por meio da aprendizagem os seres humanos se tornam sujeitos.

Paulatinamente o homem vai tornando sujeito e se integra na cultura; sempre por meio do outro; que lhe ensina, por exemplo, a maneira de comer, de vestir, de andar e de falar. É na família que ocorrem as primeiras aprendizagens, desde o nascimento, os pais visam atender as necessidades do filho, primordialmente as necessidades de sobrevivência e, no ato de ensinar a criança (a maneira do quê, como e quando fazer) os pais contribuem para a formação da identidade do sujeito.

É fundamental distinguir os conceitos eminentemente psicopedagógico: informação, conhecer, saber e aprender, pois é neste terreno que a psicopedagogia se debruça, das ocupações ensinantes e aprendentes, entre o conhecer e o saber.

Informação, conhecer, saber e aprender

Entende-se por ***informação***, aquilo que está fora do sujeito, recorte de conhecimentos transmitidos através daquele que está perante o conhecimento. (professor, televisão, pai, mãe, objeto, etc.).

E ainda, segundo Fernández (2001): a informação é sempre um dado terminado, recortado, separado da pessoa que o produziu.

O ***conhecer*** é um processo consciente. No processo de transmitir conhecimentos, também se transmite ignorância. Assim, o conhecimento é conhecimento do outro, porque o outro o possui.

De acordo com Fernández (2001):

“ o conhecimento é objetivável, transmissível de forma indireta ou impessoal; pode ser adquirido através de livros ou máquinas ; é factível de sistematização nas teorias; enuncia-se através de conceitos.(o conhecer tende a objetivar).” (Fernández, 2001, p.63)

A epistemologia genética estuda a evolução do conhecimento: como os homens constroem o conhecimento? De que forma, o nível de conhecimento “C” passa para o conhecimento “C +1”?

A construção do conhecimento humano, conforme a teoria Piagetiana, não ocorre pelo acúmulo de informações.

Segundo Piaget, a construção do conhecimento obedece a uma lógica por meio dos estágios (sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal).

O processo de inteligência obedece a uma estrutura que corresponde à organização dos processos e ainda, a função de adaptação, no qual o sujeito modifica-se, adapta-se ao meio para melhor viver nele.

A inteligência é resultado dos mecanismos de assimilação e acomodação. Assimilação é quando o sujeito entra em contato com objeto de conhecimento (o meio) e interpreta algumas informações e deixam outras de lado. E acomodação são as estruturas que se modifica e possibilita a organização para conhecer o mundo.

Quando o sujeito entra em contato com o objeto novo, o sujeito poderá ficar em conflito (por não conhecer) e logo, para conhecer tem que incidir o equilíbrio: mecanismo de acomodar e modificar. Assim, a inteligência reorganiza as atividades/ações do sujeito para poder assimilar mais conhecimentos.

Em *O **saber** em jogo* (2001), Fernández menciona o saber:

“O saber é transmissível só de modo direto, de pessoa a pessoa, experiencialmente; não se pode aprender através de um livro, nem de máquinas, não é sistematizável (não existem tratados de saber); só pode ser enunciado através de metáforas, paradigmas, situações histórias clínicas” (Fernández, 2001,p.63)

O *saber* vai além do conhecer, ou seja, para dirigir; não basta conhecer como dirige é, preciso saber dirigir. O saber requer vivência do sujeito com o objeto de conhecimento. Logo, o saber dá poder de uso, permite-nos perceber, organizar, relacionar, concluir e recordar. O saber está sempre em construção; está ancorado na angústia do não saber e da alegria pelo encontro.

O saber surge a partir da história de vida do sujeito. Portanto, um ambiente saudável é aquele que proporciona a criança espaço de autoria; que permite o sujeito saber de si e, por conseguinte o assegura de exercer uma postura ativa e crítica perante os novos desafios, além dos conteúdos escolares. A experiência e a aprendizagem tornam-se satisfatórias, na medida em que o saber é descoberto pela criança.

Reiterando: o sujeito recebe apenas um recorte do conhecimento transmitido, ou seja, apenas as informações, signos. Entretanto, é necessário que o sujeito transforme as informações em conhecimento através de seu próprio saber. Assim, quando este processo ocorre, acontece a aprendizagem.

O **aprender** supõe curiosidade; a busca pelo conhecimento e a capacidade de perguntar.

Ainda, conforme Fernández: a aprendizagem ocorre pela transmissão do conhecimento, por meio do vínculo, daquele que aprende para aquele que ensina. O aprendente-ensinante, de maneira individual; deverá pôr em jogo:

- Organismo individual herdado; (funcionamento já codificado).
- Seu corpo construído especularmente; (funcionamento do aprendido).
- Sua inteligência construída interacionalmente; (estrutura lógica).
- Arquitetura do desejo, desejo que é sempre desejo do desejo do Outro; (implica o nível simbólico, afetividade, emoção, alógica, inconsciente).

Assim a aprendizagem é objetivante (seriar, organizar e incluir) e também corresponde a elaboração subjetivante, quando o desejo tende apropriar-se do objeto; incluindo-o em alguma metáfora.

Aprender é ser ensinante-aprendente; é mostrar aquilo que conhece, pensa e acredita. Envolve a competência para defender o próprio ponto de vista e maturidade para re-significar a própria história.

“Aprender supõe um reconhecimento da passagem do tempo, do processo construtivo, o qual remete, necessariamente, à autoria. A instataneidade, característica do mundo atual, pode colocar-nos em mundo de produtos descartáveis e adquiríveis... Aprender supõe um sujeito que se historia”. (Fernández, 2001, p.68)

Constituição do sujeito aprendente a partir do ensinante

O sujeito aprendente se constitui a partir do sujeito ensinante.

A atividade de sucção é o primeiro ato de amor e de inteligência. Embora a sucção seja um reflexo inato, o contato do bebê com o seio poderá provocar outros esquemas de ação; bem como o pegar, apertar e puxar.

O desmame não é apenas um novo vínculo entre mãe e filho e, sim uma nova possibilidade da criança relacionar-se com o mundo.

A família é a primeira ensinante da criança. Sujeito ensinante é aquele que ocupa o pólo do conhecimento e ao mesmo tempo considera que o sujeito aprendente, aprende e sabe.

Os pais formam os primeiros núcleos de aprendizagens dos filhos. No âmbito familiar, a história pessoal do sujeito se constitui, obedecendo à dinâmica imposta pelo grupo:

“É comum narrar a história do seu desenvolvimento a partir da vida intra-uterina....Campo delimitado pelo entrelaçamento de sua história singular, como sujeito desejante, com o desejo de seus pais, avôs, marido... Desta forma, a criança que nasce, antes mesmo de chegar a ser recortada no horizonte do vivo, já é objeto do desejo do Outro”. (Lajonquiére,1992,p.154)

O recém-nascido ingressa, em um mundo social onde os objetivos, interesses, maneiras de agir, pensar e sentir estão predeterminados.

No início da vida o bebê forma com a mãe um todo indiferenciado, estabelece uma relação de simbiose; o bebê não se identifica como um ser independente, e a mãe o observa como parte de sua extensão.

Do ponto de vista de Paín: a relação de simbiose é importante, porque, permite a constituição dos esquemas circulares primários e, a criança responde aos estímulos, porque os faz entrar em circularidade confundindo a mãe com ela. Quanto maior o tempo durar a simbiose, mais tempo levará para o indivíduo ganhar autonomia.

A ênfase está na função materna, pois, a mãe é o referencial para a criança; e cabe a ela mostrar o mundo e atender as necessidades do infante; assim a mãe poderá incentivar ou não; a exploração dos objetos de conhecimento.

Nas famílias as funções ensinantes nas primeiras aprendizagens estão direcionadas às mulheres e, os homens excluídos de “gestar” o próprio filho.

O encontro do olhar dual, mãe-bebê, quando deslocado para um terceiro objeto; surge a possibilidade do conhecimento.

Nas palavras de Paín, a relação da mãe com seu bebê, precisam de:

“Um modelo de aprendizagem para que a criança saia e se interesse por conhecer e o modelo de adulto que a olhe e seja capaz de “puxar” o seu olhar para colocá-lo com interesse num outro ponto, em outro objeto; um modelo de adulto que é capaz de se encontrar com a criança num terceiro objeto... que parte de uma relação primária e dual, a dois, e se transforma numa relação a três”. (Paín, 1985, p.6)

O conceito de sujeito aprendente constrói-se a partir da relação com o sujeito ensinante. O aprendente situa-se na articulação da informação, do conhecer e do saber.

O grupo familiar poderá favorecer uma aprendizagem saudável e alegre; seja para dificultá-la, seja para produzir sintomas e inibições.

O bebê leva os brinquedos à boca; logo é repreendido de modo a não ter mais brinquedos a sua volta. As coordenações dos esquemas de tocar, de ver, de explorar, de sentir, de chupar foram impedidas. Este déficit de experiência poderá empobrecer a atividade do pensamento e da inteligência e dificultar os processos de representação do objeto e de si mesmo como autor.

O pai, a mãe e os educadores para proporcionar um espaço saudável de aprendizagem dos seus aprendentes, devem os considerar como ensinantes; que sabem e conhecem.

O sujeito autor da criança se potencializa quando deixa aparecer o sujeito ensinante. E ser ensinante requer um trabalho subjetivo de aceitar que, o aprendente não precisa mais dele.

Um marco na constituição do sujeito aprendente ocorre quando:

- Por volta dos três ou quatro anos, a criança distingue que aquilo que sonha é diferente da realidade;
- O sujeito entende que ninguém adivinhará seus pensamentos, se não contar o que pensa;
- Reconhece as próprias necessidades através do controle dos esfíncteres.

Essas elaborações permitem a criança sair da dependência, de poder optar e agir por si só; estabelecendo nesta fase a compreensão das virtudes e vícios.

Os descobrimentos da criança são processos construtivos no qual permite reconhecer e ser autora do seu pensamento.

Da ótica psicopedagógica o sujeito autor é aquele que simultaneamente ensina e aprende.

Família e aprendizagem: caminhos que se cruzam!

A família é a primeira instituição social que opera com a criança. Inicialmente o bebê interage com o sistema relacional humano e, posteriormente com os outros objetos.

É no ambiente familiar que inicia o desenvolvimento da personalidade, da identidade e a transmissão do padrão de comportamento. A interação bebê e adulto favorece a construção das atividades cognitivas; no momento em que a criança imita, identifica e internaliza a partir do outro os símbolos e os significados.

Na perspectiva Vygotskyana, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores (a construção do conhecimento), ocorre durante toda vida na relação recíproca entre o indivíduo e o meio; um influenciando sobre o outro.

A teoria de Vygotsky se baseia na transmissão do conhecimento da cultura para a criança; de modo que o fator social e cultural influencia no desenvolvimento intelectual. Logo, Vygotsky se preocupa com a dinâmica interativa (sujeito e objeto); dos processos cognitivos realizados não por um único sujeito e sim por vários.

Segundo Vygotsky a construção do pensamento e da subjetividade é um processo cultural e não natural. E ocorre através do uso de signos e o emprego de instrumentos elaborados dentro da história humana em um contexto social determinado.

Os processos cognitivos se manifestam na interação social e mais tarde, estas “formas externas” são internalizadas em formas psíquicas, próprias do sujeito. Assim o processo cognitivo, na abordagem Vygotskyana provém de um movimento do social para o individual.

As funções cognitivas e os processos psicológicos do sujeito são delineados por meio da interação social; na mediação com os adultos mais experientes.

A linguagem ocupa um papel central enquanto instrumento do pensamento e da comunicação, possibilita os processos de aprendizagem por meio da mediação entre crianças e adultos.

Através do universo familiar a criança internaliza a fala social e sucessivamente adquire a capacidade para planejar a própria ação.

A linguagem favorece o desenvolvimento intelectual, por meio dela o sujeito: cria novos símbolos, dá sentido ao real, solidifica os valores transmitidos do ambiente, atribui significado, valida as regras de conduta e dos papéis sociais.

O processo de aprendizagem se inicia na família e se amplia aos demais sistemas. É primordialmente na família, que o sujeito encontra interesse por tudo quanto lhe aconteça, pelo que faça ou venha a ser. Dentro da família que o sujeito sentindo-se admirado, aprovado e considerado, fortalece o ego para a luta no ambiente social extra familiar, onde inevitavelmente enfrentará antagonismos.

A família enquanto instituição social participa na constituição do sujeito aprendente.

“O desenvolvimento das funções psíquicas superiores não se prende as leis biológicas, porém nas leis sociais, e por isso, históricas. Para Vygotsky, a natureza humana é, desde o início, essencialmente social: é na relação com o próximo, numa atividade prática comum, que os homens, mediados pelos signos e instrumentos, se constituem e se desenvolvem quanto tal”. (Palangana, 1998, p.149)

Do ponto de vista de Vygotsky citado por Palangana, é pertinente a analogia: família e aprendizagem são caminhos que se cruzam!

2.1 DIALÉTICA ENTRE O SUJEITO ENSINANTE E O SUJEITO APRENDENTE

O psicopedagogo visa explicar os problemas de aprendizagem, através do enfoque multidimensional; considerando as dimensões psicológica, pedagógica, neurológica e familiar; incluindo as interações e conflitos presentes na história de cada cliente.

Do pressuposto que a aprendizagem é ativada pela interação da criança com o seu meio; a família tem o papel de capacitar a criança a se relacionar; de aprender estabelecer vínculos.

O conceito de vínculo, conforme Pichon Rivière:

“É a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com o outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento.”
(Pichon Rivière, 1982, p.24)

O vínculo está relacionado com o status, comunicação e papel que cada sujeito ocupa inicialmente na família e conseqüentemente no campo extra-familiar.

Toda aprendizagem, interação do sujeito e objeto, resulta em um processo vincular e dialético. O sistema vincular, sobre o objeto de conhecimento, assume duas valências:

“Valência totalmente positiva, pelo qual o sujeito se sente totalmente amado e ao qual ama; o outro objeto é marcado por uma valência negativa: o sujeito sente-se totalmente odiado, sendo recíproco esse vínculo negativo, do qual necessita desfazer-se ou controlar.”
(Pichon Rivière, 1994, p.49).

O vínculo é a estrutura de toda aprendizagem e se constitui nas primeiras relações e desenvolvimento da mãe com seu bebê; desde quando a mãe dá significado aos significantes do filho; apresentando-lhe o mundo. Desta forma, durante a infância a criança poderá vivenciar experiências gratificantes (vínculo bom) ou experiências de frustrações (vínculo mau); porquanto juntamente com a relação vincular, são transmitidos símbolos e signos; em consonância com as fantasias e desejos. Explica o motivo de filhos criados juntos, compartilhando das mesmas experiências atribuem diferentes pontos de vista ao mesmo episódio.

É proveitoso que a relação ensinante e aprendente, aconteça por meio do vínculo saudável; no qual a relação pais e filhos sejam mediados pelo mesmo idioma; em outras palavras, por uma dinâmica que possibilite o conhecimento de si e do outro, evitando enfermidades no grupo familiar e fraturas no aprender.

Compete ressaltar que as causas emocionais ou familiares não são as únicas determinantes do problema de aprendizagem; existem inúmeros fatores que devem ser investigados no diagnóstico, entre eles: os fatores orgânicos, específicos, psicógenos e os ambientais. Entretanto, o olhar psicopedagógico, desta pesquisa, se reporta aos fatores ambientais; da lógica do conhecimento afetado pelo nível familiar.

Existe o sujeito que tem o capital cultural enriquecido e habita em um continente que as “condições” para aprender são favoráveis. Entretanto, essa criança que tem acesso a uma variedade cultural; no qual dispõe de um organismo saudável e sem patologia; transita no terreno do não aprender. Este quadro acontece, porque, muitas vezes a criança ocupa na família o lugar de “bode expiatório”, e não consegue aprender e tão pouco se constituirá enquanto sujeito aprendente.

Corroborando, no ponto de vista de Pichon:

“O paciente tem uma imagem distorcida dos membros de sua família, com os quais não se pode comunicar... Sua emissão e recepção de mensagens sofrem permanentemente a interferência da projeção de imagens internas construídas durante sua infância em situações de frustrações ou gratificações que não pode modificar.”
(Pichon Rivière, 1994, p.49).

Desta forma, o sujeito poderá elaborar um falso self (eu) para atender a demanda familiar e posteriormente à manifestação dos sintomas; ficando a criança

sobrecarregada com as angústias dos pais e as próprias, uma vez que assume “papéis” que não são seus:

“Há casos em que os pais determinam o papel dos filhos em função de suas próprias ambições. Exigem que os filhos sejam os primeiros alunos na escola, que se tornem musicistas, médicos, engenheiros ou advogados, sem atender aos pendores e disposições inatas da criança... projeção dos pais no desejo de que os filhos alcancem as posições por eles não atingidas. Em tais circunstâncias, encontra-se a criança lutando neuroticamente contra papéis que não pode desempenhar.” (Marcondes, 1946, p.107).

Os sintomas são indícios de alguma coisa que não vai bem que provém da ordem do real. Freud evidencia que a existência de fenômenos psíquicos inconsistentes e suas influências a atividade consciente; consequentemente atua sobre o aprendizado manifesto. Sintomas de um sofrimento mental, por exemplo, desencadeia quando uma criança invejosa da imagem que faz das capacidades dos pais; poderá com o fruto desta inveja, desprezar em sua imaginação os novos conhecimentos e ainda dificultar os progressos de autoria.

Os pais devem ter uma posição de escuta, respeitar e acompanhar o desenvolvimento do filho; principalmente quando o filho não corresponde ao filho idealizado. Caso contrário, o sujeito não terá autonomia agravando transtornos de aprendizagem, devido aos pais exercer a violência secundária.

O vínculo entre ensinantes e aprendentes necessita ser saudável. O vínculo saudável é aquele que facilita o processo da constituição do sujeito aprendente. Um ambiente consciente da sua estrutura dinâmica e, que cada membro conhece e desempenha seu papel específico e que está aberto ao diálogo, negociação e mudança.

O desenvolvimento simbólico é a base para o desenvolvimento da vida psíquica e da comunicação humana que está diretamente ligada à vida afetiva por meio dos vínculos. Conforme Polity:

“Se a criança tem um bom vínculo inicial com sua mãe, criam-se condições para o aparecimento de um sentimento de confiança básica, terreno fértil para o desenvolvimento egóico e das demais funções psíquicas”. (Polity, 1997, p.62)

Muitas vezes o sujeito busca viver uma realidade que não a sua e passa a ser aquilo que o desejo dos outros fizeram dele. Portanto, no relacionamento interpessoal, é necessário perceber e distinguir o estilo de cada pessoa, a fim de, respeitar as diversidades. Conhecer o estilo de cada pessoa implica em um exercício de auto-conhecimento, no qual o sujeito precisa se auto-conhecer para poder pronunciar ao outro.

E ainda o psicopedagogo, precisa ter o conhecimento holístico dos diferentes estados de ânimo que encontra seu cliente; a fim de produzir estratégias que se adaptam as necessidades do sujeito e diagnosticar com base nos processos e não aos resultados (pré-julgamentos).

Fernández propõe a prevenção dos problemas de aprendizagem a partir dos vínculos ensinantes e aprendentes. Portanto, o psicopedagogo precisa compreender a dinâmica vincular da família, prossegue a autora:

“... o modo como os ensinantes conseguiram reconhecer e querer a criança como sujeito aprendente e como sujeito ensinante, e a significação que o grupo familiar de origem tenha dado ao conhecer: a existência de “não-ditos”, segredos, perigo e culpa por conhecer...ou se lhe outorgaram um espaço saudável onde o conhecer apareça como desafio possibilitador.”
(Fernández, 2001, p.78)

Os pais devem adotar posturas que promovem a saúde em aprendizagem: da liberdade para pensar e deixar que a função ensinante da criança apareça; porque a constituição do sujeito aprendente depende do outro.

“A criança nasce á vida, mas para sustentar-se nela deve ser ratificada como vivo, como um sujeito, pelos outros, pelo desejo historicizado desses outros no interior de um ordenamento simbólico, em resumo, no campo do Outro.Ou, de outra ótica, digamos que, para manter-se na vida, a criança precisa que outro a pulsione a viver”.
(Lajonquière, 1992, p.155)

2.2 O PSICOPEDAGOGO E AS RELAÇÕES PRIMÁRIAS

As primeiras interações do bebê são desencadeadas pelos afetos (prazer, desprazer, conforto, desconforto), que os pais transmitem. Estes sentimentos afetuosos são experiências que ficará registrada no corpo e na mente do sujeito.

Até o período pré-operatório as crianças têm pelos seus pais o respeito unilateral, composto de temor e afeto. Idealiza na figura materna e/ou paterna a onipotência, o cerne do saber e conhecimento, constitui assim os dois pólos: autoridade, porque o adulto (os pais) tem poder sobre si e a sedução, propriamente dita. A autoridade e sedução caminham juntas e refere-se ao dominante, neste caso os pais; e conseqüentemente a criança fica na posição de submissa, seduzida, é então a dominada.

Conforme o crescimento do sujeito as identificações se amplia seja com objetos e/ou pessoas e gradativamente configura o id, ego e superego. Este processo resulta na personalidade psíquica do sujeito. De acordo com as etapas da inteligência do Piaget, a personalidade “pronta” do sujeito ocorre no período operatório-concreto, cerca de doze anos de idade.

O sujeito no seu crescimento biopsicossocial, afasta-se dos seus genitores, e os pais já não são os personagens idealizados, entretanto, são substituídos por outras pessoas que também fazem parte de sua vida, por exemplo: professores, colegas e ídolos.

A sedução e autoridade na relação psicopedagogo e cliente inconsciente-consciente origina-se das primeiras experiências que o sujeito teve com seus genitores, e assim: a professora irá representar autoridade, o amigo será o líder, o avô o modelo ideal e, o psicopedagogo poderá representar uma ameaça, por exemplo. Reiterando: as primeiras relações da criança com seus genitores é o protótipo das demais relações sociais.

No atendimento psicopedagógico, a identificação, a transferência e a contratransferência afloram. Neste cenário, o conflito, o amor e ódio se configuram e desestrutura o vínculo analista e paciente. Forças antagônicas, porém, processos psicológicos necessários para a prática psicopedagógica.

Sedução, autoridade, dominante-dominado. Como manter os pólos em perfeito equilíbrio? De que forma, o atendimento clínico, a relação psicopedagogo e cliente poderão proceder de forma saudável?

Segundo o dicionário de psicanálise, Laplanche e Pontalis, a identificação corresponde:

“Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro”. (Laplanche e Pontalis, 2001, pg.226).

A identificação ocorre por duas vias: do sujeito que vê traços seus no outro e também quando a partir do outro se projeta. (Ex: Eu opinei a mesma coisa que ele. E/ou: Ela quando está brava se manifesta da mesma forma que eu).

Conforme Paín:

“Identificação é o mecanismo da ordem do desejo. É a operação pela qual o sujeito humano se constitui. Processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro. A personalidade se constitui e diferencia por uma série de identificações”. (Paín, 1996, p.119)

A identificação apresenta inconscientemente por que está relacionada com o desejo, que é sempre do outro. O desejo uma vez satisfeito aparece outro. As identificações poderão ocorrer em qualquer momento de nossa vida, através de objetos ou pessoas.

Os primeiros aspectos afetivos desde o nascimento ancoram as identificações.

Nas palavras de Morgado:

“Esse processo psicológico, em que o indivíduo se constitui a partir do modelo de outra pessoa, é a forma mais primitiva da relação emocional”.
(Morgado, 2002, p.45)

A identificação do cliente com o psicopedagogo consiste em um aspecto positivo em um campo possível de circular a mediação do conhecimento, que permite desenvolver o prazer de aprender, autonomia e a autoconfiança.

A sessão psicopedagógica propicia o estabelecimento de relações transferenciais, porque na “rotina”, no atendimento o cliente tem um referente que aceita suas dificuldades e está disposto ajudar.

A transferência é um movimento de deslocamento de algo particular de um sujeito que transfere para outro, podendo ser transferidos valores positivos ou negativos. Aquele que transfere revela sua forma particular de apresentar-se diante da realidade e das próprias situações de convívio com outras pessoas.

“Designa em psicanálise o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro de relação analítica. Repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada. Classicamente reconhecida como terreno em que se dá a problemática de um tratamento psicanalítico, pois são a sua instalação, as suas modalidades, a sua interpretação e a sua resolução que caracterizam este”. (Laplanche e Pontalis, 2001, p.514)

A transferência poderá ocorrer em qualquer tipo de relação humana, não só no atendimento psicanalítico, porém no consultório psicopedagógico. Na relação professor-aluno, por exemplo, é bem comum, porque estabelece uma relação de dominante-dominado, sedutor-seduzido, autoridade-submissão.

Para Freud o sujeito transfere aquilo que já ocorreu em uma relação passada, as transferências originais; poderá ser: anseios, expectativas, sentimentos positivos ou negativos.

E para Morgado:

“A relação original de autoridade é o pólo em torno do qual se constituem todos os demais protótipos de relação, monopolizando, desse modo, o conjunto dos futuros interesses emocionais de ternura, sensualidade e agressividade.” (Morgado, 2002, pg.64).

Resultado das influências do analisado sobre os sentimentos inconscientes do analista. Dependendo da maneira que o analista responde a transferência do analisado poderá intervir no tratamento do paciente, de modo que ele se afaste ou se aproxime.

No caso da transferência, por exemplo, o paciente é crítico e agressivo em relação à autoridade dos pais e, inconscientemente comporta-se da mesma maneira com o psicopedagogo, podendo manifestar a transferência, por meio dos sentimentos afetuosos, hostis ou eróticos. E segundo Janine Mery:

“A ação do psicopedagogo diz respeito a vida escolar real da criança(...). O psicopedagogo dirige-se ao ego consciente da criança. Mas sabe que suas condutas são guiadas por tudo o que nela foi reprimido, recalcado; ele sabe também que a situação face a face vivida com ele reatualiza os conflitos não resolvidos da criança”. (Janine Mery, in: Rubinstein, 1995, p.49).

O sujeito que ocupa o pólo da autoridade, poderá reviver os mesmos processos psicológicos que os submissos ocupam, porquanto ninguém está livre da transferência e a contratransferência.

Para Laplanche a contratransferência é conceituada:

“Conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisado e, mais particularmente a experiência deste” (Laplanche e Pontalis, 2001, pg.102).

De acordo com Paín:

“Contratransferência são os sentimentos despertados e reprimidos do analista pela sua situação analítica. Atualmente, o termo é aceito, por alguns autores, em situações de ensinante-aprendente, de professor-aluno”. (Paín, 1996, p.116)

Morgado conceitua a contratransferência:

“Portanto, não é imune à transferência, que atinge sua psique, desenterrando protótipos, revolvendo conflitos, ecoando sobre seu inconsciente e provocando verdadeiras reviravoltas internas. Essas reações inconscientes do analista à transferência do analisado recebem o nome de contratransferência” (Morgado, 2002, p.94).

O psicopedagogo precisa controlar sua própria contratransferência, uma vez que identifica a transferência de seu cliente, evitando assim que sua história pessoal se entrelace com a história pessoal do seu cliente. Para isso, o psicopedagogo precisa se auto-conhecer, a fim de, perceber suas reações contratransferenciais e ao mesmo tempo auxiliar a criança na busca da aprendizagem.

3. FUNÇÕES PARENTAIS

O papel parental ocupa uma tarefa relevante na constituição do sujeito aprendente-ensinante. Desta forma, procuro abordar a função materna e paterna enquanto promissora da formação psicológica da criança.

Devemos compreender a respeito das funções maternas e paternas, porque os eventos da infância apresentarão efeitos na vida adulta. Assim, as funções parentais quando não desempenhadas, poderão ocasionar rupturas na aprendizagem e devemos nos ater aos sintomas da ordem familiar referente ao desenvolvimento, a fim de sabermos em que momento as coisas começaram a falhar.

3.1 FUNÇÃO MATERNA

A maternidade pode trazer angústias durante a gravidez, a uma regressão a partir da total dependência do bebê. Devido ao único cuidado materno que a criança tem de prontidão a mãe rejeita a própria feminilidade em relação ao marido. No entanto, existe o outro pólo: mães que com a gravidez sentem depressão; devido alteração hormonal e física provocada pela gestação. Uma gravidez não planejada, por exemplo, são indícios de uma possível rejeição do bebê que será transmitida inconscientemente da mesma forma se o filho fosse bem-vindo.

“Todos os cuidados que a mãe e o pai dedicam ao seu bebê não constituem apenas um prazer para eles e para a criança; trata-se também de uma necessidade absoluta e, sem eles, o bebê não poderá transformar-se num adulto sadio... um bebê privado de algumas correntes, mas necessárias, como um contato afetivo, está votado, até certo ponto, a perturbações no seu desenvolvimento emocional que se revelarão através de dificuldades pessoais, à medida que crescer.” (Winnicott, 1982, p.95).

A partir deste pressuposto, se não houver entraves no desenvolvimento emocional do ser humano no decorrer do processo evolutivo, existirá saúde na aprendizagem. Afim de, existir um bom desenvolvimento é necessário uma assistência maternal capaz de aceitar o ponto de vista do bebê.

A mãe tem influência sobre a vida da criança a partir das ações impensadas do que as ações refletidas. Portanto, não precisa “aprender” antecipadamente a ser mãe, pois só vai aprender quando o bebê nascer, a partir das interações mãe-filho.

Se a mãe sentir-se pressionada a fazer o que outros lhe ensinam o seu próprio crescimento, a técnica da maternagem é impedida e ela é tolhida em agir naturalmente com seu filho.

A mãe por “gestar” o filho, tem a oportunidade de estabelecer os primeiros vínculos com o bebê. As necessidades fisiológicas do bebê são atendidas e a interação mãe-filho solidifica a reciprocidade afetiva.

De acordo com Bowlby, a interação mãe e filho, acontecem em cinco sistemas de comportamento: sugar, agarrar, seguir, chorar e sorrir; na finalidade de fortalecer em épocas diferentes o elo entre pais e filhos.

A presença da mãe contribui para a promoção do desenvolvimento do sujeito, na formação de adultos saudáveis e independentes; de modo que, o mundo representado pela mãe poderá vir auxiliar ou impedir o desenvolvimento da criança.

Quando nasce um bebê, nasce também uma mãe. Através da identificação da mãe com seu filho, conforme Winnicott:

“A criança é associada pela mãe à idéia de um “objeto interno”, um objeto imaginado para ser instalado dentro e aí mantido apesar de todos os elementos persecutórios que também tem lugar na situação. O bebê tem outro significado na fantasia inconsciente da mãe, mas é possível que o traço predominante nesta seja uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio *self* para o bebê.” (Winnicott, 2005, p.21)

Neste processo de identificação da mãe com o bebê, a mãe certamente sabe como e quando atender as necessidades do filho.

Conforme Winnicott, o processo de maturação (a evolução do eu), desenvolve por meio de um ambiente inicialmente representado pela mãe ou por um dos seus substitutos.

O ambiente social representa o contexto amplo no qual o desenvolvimento cognitivo se inicia e evolui. No ambiente sadio ou suficientemente bom, o objeto passa a se tornar externo. A criança reconhece, por exemplo, que sua mãe não é um todo indiferenciado com ela. Neste processo inicia o simbolismo, a criança passa a usar símbolos como “faz de conta”, colocando o objeto para fora do mundo sentindo segura consigo mesma no mundo.

No ambiente saudável, a irmã mais velha, por exemplo, não deverá assumir o papel de responsável pela irmã, porque isso inibe o pensamento e pode contribuir para a perda da espontaneidade e do sentido do *self*.

O desenvolvimento da criança, conforme Winnicott acontece em duas etapas:

▪ Relação de objeto:

- Experiência do sujeito como ser isolado. Sujeito e objetos fundidos em um só;
- Objeto externo não existe como algo externo, é fruto de projeções e identificações, assim o sujeito encontra algo seu no objeto;
- Objeto está sob seu controle onipotente;
- A realidade externa não importa. Tudo gira em torno do prazer;

▪ Uso de objeto:

- Entra o papel da mãe, se ela for boa, permitirá a transição da relação do uso.
- Para que objeto seja usado o sujeito tem que ter a capacidade de usá-lo. Capacidade desenvolvida na relação com objeto, do princípio do prazer e logo para o princípio da realidade.

O desenvolvimento emocional do bebê só pode ser dado nas bases de uma relação com a mãe. Segundo Campos J: o choro do bebê se encontra em estado de impulso primário, que são reforçados através do comportamento afetuoso da mãe, aumentando a probabilidade de serem repetidos. Ao mesmo tempo, a expressão e a presença da mãe constituem estímulos resultando em uma aproximação da mãe em busca de atenção. Estes e outros comportamentos são acrescidos da aprendizagem, porquanto o desenvolvimento cognitivo se evolui a partir do contexto emocional e social.

“A capacidade da mãe (ou substituta da mãe) adaptar-se às necessidades do bebê através da sua capacidade sadia de identificar-se com ele (sem perder sua própria identidade). Com esta capacidade, ela pode, por exemplo, sustentar (hold) o seu bebê, e sem esta capacidade ela não pode sustentar seu bebê, exceto de uma maneira que perturba o processo de vida pessoal do bebê.” (Winnicott, 1997, p.25)

A mãe dá a base para a saúde mental ao bebê que ele dificilmente perderá:

“... ela consegue dar ao bebê a ilusão de que aquilo que ele consegue e toma e encontra é aquilo que ele criou a partir de seus próprios sentimentos, de seu poder de alucinar... de modo que, ele está conseguindo ver o mamilo, real e experienciar os detalhes do cheiro e do seio e de tudo, e gradualmente, através de um processo doloroso e longo, ele consegue imaginar o que provavelmente vai acontecer.” (Winnicott, p.52, 1997)

O seio físico refere-se à técnica da maternagem. A tarefa da mãe é desiludir gradativamente bebê que possibilita a criança a inserir-se no contexto e exercer autonomia.

A adaptação da mãe em relação às necessidades do bebê procede a partir das três funções maternas:

- Apresentação do objeto:

Apresentação do seio ou da mamadeira à criança. Ao oferecer o seio da ilusão que ele mesmo criou o objeto. Sente-se onipotente, no decorrer das mamadas, apresenta a capacidade de assumir relações estimulantes e a capacidade de se relacionar com os objetos. Capaz de experimentar emoções, sentimentos de amor e ódio.

- Holding/sustentação:

É a sustentação física e emocional. Assegura a criança fisicamente e psiquicamente. Proteção do bebê dos perigos físicos, leva em conta, a sensibilidade. Coloca em contato com a realidade externa simplificada; a criança começa a experimentar sensações diferenciadas do mundo em que vive. E a deficiência do holding, conforme Winnicott (2005) produz aflição na criança e o sentimento de que a realidade exterior não pode ser usada para o reconforto interno.

- Handling/manipulação:

Da manipulação do bebê. A mãe embala o bebê, dá banho, entre outros. Reunião que chama de personalização, no qual a criança é capacitada a gozar da experiência do funcionamento corporal e de ser.

A ausência da mãe e o sentimento de perda que ela provoca, acarreta diferentes distúrbios:

“Os diferentes distúrbios psíquicos ligados ao sentimento de falta de sobrevivência da mãe... podem ser agrupados sob o termo “doenças da pulsão agressiva”, dentre as quais encontramos a tendência anti-social, a hipocondria, a paranóia, a psicose maníaco-depressiva e algumas formas de depressão.” (Nasio, 1995, p.195).

O mundo imaginário é vivenciado pela criança intensamente e a função da mãe normal é representar o mundo em pequenas doses, ou seja, participar e permitir o sonho e a fantasia elaborada do filho; incluir a realidade, sem destruir os sonhos e fantasias do infante.

“ O conhecimento exato da mãe do que é real e do que não é ajuda a criança de muitas maneiras, pois gradativamente a criança vai compreendendo que o mundo não é tal como se imagina, e que a imaginação não é exatamente como o mundo. Uma coisa precisa da outra. A mãe sabe o primeiro objeto que o bebê ama- uma ponta do cobertor ou um brinquedo macio- pois para ele isso constitui quase uma parcela do seu eu e, se for retirado ou lavado, as conseqüências serão desastrosas.”
(Winnicott, 1982, p.81)

O mundo real prossegue acompanhado do desenvolvimento da criança, entretanto não deve significar uma perda do mundo imaginário e pessoal. Quando a realidade externa é apresentada à criança em pequenas doses, de acordo com a sua capacidade de compreensão, ela desenvolve a possibilidade de adotar uma abordagem científica dos fenômenos dos assuntos humanos.

As conseqüências são desastrosas quando de maneira precoce a criança é forçada a controlar seus processos excretórios, privando-a das satisfações físicas que pertencem à infância.

No bebê, a única forma de funcionamento do aparelho mental, é orientada exclusivamente pelo princípio de prazer, que ignora a realidade. O bebê sente-se onipotente, quando toma seus desejos por realidade.

Com o decorrer do desenvolvimento, a criança passa a considerar as pessoas e objetos como parte da realidade externa, todavia, rumo à humanização, o sujeito depende da mãe.

Winnicott refere-se à mãe suficientemente boa, aquela que adapta perfeitamente as necessidades do bebê, boa suficientemente para que o bebê possa conviver com ela sem prejuízo para sua saúde psíquica.

A mãe suficiente boa deixa o bebê acreditar que o mundo que ele cria realmente existe e, também é aquela que permite ao bebê um objeto transicional, no qual a criança poderá prosseguir do desenvolvimento do eu para o não eu.

A mãe alude também desmama no tempo certo, porém há mães que a partir das experiências acredita ser difícil o desmame. A criança se sente feliz por ser desmamada no tempo certo; ampliando o leque de novas experiências. (inclui a gama de desenvolvimento que tem o bebê, quando é desmamado e desprendido da mãe).

“A mãe suficientemente boa, começa com uma adaptação quase completa as necessidades de seu bebê e, à medida que o tempo passa, adapta-se cada vez menos completamente, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade do bebê em lidar com o fracasso dela.” (Winnicott, 1975, p.25)

A mãe, na relação com seu bebê, investe grande quantidade de catexia (energia), quando de forma lúdica, troca fraldas ou amamenta. Desta forma, a comunicação mãe e bebê promovem o espaço transicional.

Após a fase de ilusão, o sujeito, enfrenta a fase da desilusão; neste período a criança conhece que a mãe faz parte da realidade externa. Entretanto, o movimento pendular do mundo interno para o externo, é uma tarefa difícil geradora de angústia que a criança vivencia. A fim de sustentar esse processo, do desprendimento com a mãe, o sujeito realiza exercícios corporal-sensoriais (segura um pedaço de tecido, balbucios, ruídos, entre outros). Os fenômenos transicionais, além dos exercícios corporal-sensoriais, poderão ser incluídos de objetos, chamado de objeto transicional:

“ O adjetivo transicional indica o lugar e a função que esses fenômenos, esses objetos, ocupam na vida psíquica da criança . Eles vêm alojar-se num espaço intermediário entre a realidade interna e a realidade externa. Esse espaço intermediário tem um papel de amortecedor no choque ocasionado pela conscientização de uma realidade externa, povoada de coisas e pessoas, e pelo relacionamento dessa realidade externa com a realidade interna, povoada, por sua vez , de fantasias pessoais.”. (Násio, 1995, p.193).

O espaço transicional, é um marco do controle onipotente para o controle de manipulação; da transição da criança em união com mãe ao estado de separação.

Quando a mãe se ausenta, o sujeito leva ao excesso o uso do objeto transicional, em uma tentativa de negação da separação da mãe e do sentimento de perda que ela provoca. O objeto transicional, é o primeiro objeto de possessão da criança, no qual compreende por realidade interna. Depois objeto não é esquecido, mas passa a perder o significado para a criança, porque a realidade psíquica interna e o mundo externo se entrelaçam.

No brincar, através da imaginação, a criança manifesta seu mundo interior. A mãe cumpre a tarefa de ser a primeira correspondente lúdica. O brincar fortalece a relação entre mãe e filho.

As crianças passam muito tempo na escola, longe da mãe. É importante que os educadores fiquem atentos ao uso do objeto transicional, que poderá ser: um pano lembrando o cheiro da mãe, a chupeta, o travesseiro, por exemplo. Muitas vezes os pais não admitem que o filho leve para escola e nem os educadores aceitam o uso do objeto transicional.

No entanto, se objeto transicional significa a mediação do mundo interno e externo, o eu e o não eu; é necessário que as crianças utilizem tal objeto para sentirem-se seguras. Gradativamente com o desenvolvimento da criança e a socialização com as outras, o objeto transicional é deixado de lado, por volta dos três ou quatro anos de idade, o próprio grupo que a criança está inserida, estipula um comportamento “adulto”, de modo que “a ponta do cobertor ou ursinho” perde o sentido. Reiterando, o uso do objeto transicional é facilitador da desintegração da mãe.

Nós psicopedagogos, devemos observar como a criança brinca e, propor o espaço potencial; pois é na brincadeira que toda a subjetividade se manifesta:

“... o brincar tem um lugar e um tempo... não constitui parte do mundo repudiado, do não-eu, aquilo que o indivíduo decidiu identificar (com dificuldade e até mesmo sofrimento) como verdadeiramente externo, fora do controle mágico.” (Winnicott, 1975, p.62).

Precisamos nos ater naquilo que é subjetivo e o que é percebido pela criança.

O *playground*, espaço potencial que une a mãe e o seu bebê, dependendo da experiência mãe e filho; poderá conduzir à confiança.

Na fase inicial do bebê, o seu desenvolvimento emocional é desempenhado inicialmente pelo ambiente, dessa forma a mãe é importante, porque acontecem primeiro, as estruturas afetivas e depois, as cognitivas.

A separação deve ocorrer naturalmente, de modo que a mãe perceba que sua criança necessita do desprendimento e a conceba como parte separada. O estágio que se encontra a mãe e o bebê, da relação de simbiose para o período de afastamento, é complexo, pois, quando não desenvolvido de forma saudável, o sujeito terá lacunas na formação da sua personalidade, será tolhida pela mãe em seu desenvolvimento, e, conseqüentemente, a mãe não conseguindo lidar com esse desprendimento acaba por ter uma relação doentia com seu filho.

Nos anos iniciais, a mãe transmite para o filho a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à própria capacidade do bebê criar, logo, o bebê “recebe um seio” que faz parte dele e a mãe alimenta um bebê que faz parte dela mesma. O desenvolvimento de uma criança caminha em direção ao “desprendimento” do desmame, do falar e do ingresso na escola, assim sendo a mãe além de proporcionar a ilusão, tem a tarefa de propiciar a desilusão, o término da alimentação ao seio não constitui o desmame.

“Um aspecto mais amplo do desmame: não se trata apenas de fazer o bebê admitir outros alimentos, ou saber usar uma xícara, ou de usar ativamente as mãos para comer. Inclui o processo gradual de demolição de ilusões, que é uma parte das tarefas dos pais.” (Winnicott, 1982, p.95).

Os bebês ficam angustiados com o desmame, pois eles perderam algo que era prazeroso. Porém, o desmame no devido tempo auxilia positivamente no desenvolvimento da criança; o desprendimento capacita a criança para livrar-se das coisas e fazer com que a perda do seio materno não seja apenas uma questão de acaso.

O meio ambiente influencia o desenvolvimento psíquico do ser humano, de modo que, o processo de maturação, a evolução do eu, se desenvolve em um ambiente inicialmente representado pela mãe.

Do nascimento aos seis meses, o bebê, encontra-se no estado de dependência absoluta; fase que o bebê se acha em um estado de total dependência do meio (a mãe, o bebê e o meio correspondem a um só). Dos seis meses aos dois anos, a criança encontra-se na fase de dependência relativa, desenvolve a capacidade de situar-se no tempo e espaço; no qual interpreta a realidade, como parte separada da mãe.

No momento lúdico, o jogo de deixar cair as coisas é uma indicação de que o bebê está pronto para dominar a perda, sendo uma indicação para o desmame.

O bebê não discerne a subjetividade da objetividade e a mãe não deve contestar, pois é o início do relacionamento entre o mundo e a criança.

Nos processos de alimentação, o bebê no decorrer da amamentação, cria a ilusão de que o seio faz parte dele. Desta forma, a ilusão refere-se ao seio e a desilusão ao desmame.

Principais tarefas da mãe:

- A mãe é necessária pela sua presença viva, do contato corporal direto com o bebê, no que diz respeito às primeiras sensações.
- A maternagem é responsável por apresentar o mundo ao bebê, iniciando pelo processo de amamentação. (ilusão)
- A mãe tem a tarefa de desiludir, de desmamar seu filho, de modo que ele se desprenda dela, e conheça que o mundo não pode ser criado a partir da sua capacidade de imaginação.

No decorrer da amamentação, o sujeito compreende que a mesma mãe que ele ataca é a mesma mãe que ama e cuida; germinando, desta forma, o sentimento de culpa. O sentimento de culpa resulta em um potencial que a criança internaliza e consegue discernir o certo do errado:

“A mãe deve separar-se pouco a pouco de seu bebê e ir ocupando-se de outras coisas (antes estacionadas). E se aceita esta separação gradual, permitirá que se desenvolva em seu filho sua agressividade e culpa. Assim, ele vivenciará uma culpa construtiva, pois nela viverá a raiva e a reparação, juntando, assim, mãe boa e má numa só mãe”. (Weiss, 1997, p.227)

Não só os pais, porém os educadores e psicopedagogos têm a tarefa de desmamar; de dar a oportunidade, a chance para que as crianças possam ter autonomia e desenvolver cada qual no seu ritmo e; aceitar positivamente o crescimento do sujeito considerando os inúmeros fatores do ser.

A área intermediária entre a ilusão e a desilusão, segundo Winnicott:

“É necessária para o início de um relacionamento entre a criança e o mundo, sendo tornada possível por uma maternagem suficientemente boa... Essencial à tudo isso é a continuidade (no tempo) do ambiente emocional externo e de elementos específicos no ambiente físico, tais como o objeto ou objetos transicionais.” (Winnicott, 1975, p.29).

O verdadeiro self da criança se constitui, quando a mãe responde, de forma apropriada ao gesto do bebê que resulta em força, confiança e completude. E ainda, o self verdadeiro, é a pessoa que é eu, apenas o eu; que se constrói a partir de suas tendências inatas. No início da vida, o self verdadeiro é a junção da vida sensório-motora, manifestada por meio dos gestos espontâneos e idéias pessoais.

A presença de uma mãe suficientemente boa pressupõe a ausência de fatores patológicos hereditários ou congênitos.

O falso self ocorre, no momento em que a mãe, é incapaz de lidar adequadamente aos gestos de bebê. Assim, a mãe, gera uma “invasão”, no qual o bebê é submetido à exigência materna e a espontaneidade é totalmente perdida. Só o verdadeiro self pode criar e atribuir sentido ao real.

Na Primeira infância, muitas mães, não conseguem lidar com seus filhos; porque não reconhecem a situação édipica; a menina, por exemplo, tem inveja do pênis e sente raiva da mãe e o pai é o seu objeto de amor; entretanto, a menina identifica-se com a mãe e passa assumir a identidade feminina.

No processo de identificação, da menina com a figura materna e do menino com a presença paterna; a criança passa a se policiar daquilo que o pai ou a mãe proibia: do incesto.

A ausência da presença materna ou paterna poderá resultar em homossexualismo, pois, a criança precisa identificar no pai se menino e, na mãe se menina; a fim de constituir a identidade psicosssexual.

O psicopedagogo precisa saber do processo edipiano, para saber melhor lidar com os aspectos emocionais do seu cliente, para entender a identidade psicosssexual da criança, se está definida, se não está ou então averiguar se esta fase é um processo árduo para o sujeito, no qual poderá repercutir em problemas de aprendizagem. Então é fundamental conhecer para prevenir e orientar.

Existem mães que no decorrer do desenvolvimento da criança, continua a exercer a invasão (nos primeiros dias a mãe oferece o seio atribuindo o choro do filho a fome) e ainda a “violência secundária”, no qual faz tudo pela criança, de modo não permitir vivenciar experiências sociais, motoras e afetivas.

Muitas mães, não conseguem fornecer ao filho, condições suficientemente boas no início do nascimento em virtude dos conflitos familiares, pessoais e doenças; admitindo a tarefa materna às enfermeiras, avós, babás e professoras. Entre outras, há mães que exigem muito além do que o filho pode oferecer e, então a criança perde a sua espontaneidade, a fim de atender as necessidades dos que a cuidam.

Conforme Winnicott se ocorrer falhas na função de holding (sustentação) da mãe, a criança poderá apresentar intensos desconfortos como ansiedades, atrasos

e fracassos de desintegração. E a privação dos cuidados maternos é responsável pela má formação do ego.

Algumas crianças, no ponto de vista de Fagali, têm a tendência em aprender melhor nas condições de aprendizagem relacionadas à função materna (assimilatória), bem como:

“Presença de atividades relaxantes para a sustentação com apoio afetivo e valorização das potencialidades e conquistas do aprendiz, situações de prazer carregadas de subjetividade sem muitos limites e exigências, mobilizando as emoções e a fantasia” (Fagali, s.d.p. 7).

Característica da mãe insuficientemente boa; a mãe não tem a capacidade de se identificar com as necessidades do filho; a mãe responde pelas próprias necessidades da criança. Assim, o sujeito sofre a ausência de alguém, cujo apego é comum, sem devoção e ainda fica inseguro a mercê de uma dependência absoluta.

Toda criança necessita de uma mãe suficientemente boa; pois sem ela, a maturação do eu não pode se realizar e o desenvolvimento das funções psíquicas fica distorcido ou bloqueado. No atendimento psicopedagógico fica notório, a presença do falso self no sujeito; a criança tem um comportamento “y” devido à presunção da mãe, renunciando o próprio “eu”, na finalidade de ver a mãe satisfeita; acarretando graves descompensações.

“Se a maternagem não for boa o suficiente, a criança torna-se um acumulado de reações á violação; o *self* verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso *self* que a um só tempo quer evitar e compactuar com as bofetadas do mundo”. (Winnicott, 2005, p.24)

3.2 FUNÇÃO PATERNA

O pai tem um papel importante na vida do filho e da esposa. A presença da figura paterna é necessária para acontecer uma maternidade saudável; pois ele terá de compreender a rejeição da esposa na tocante fase de acolhimento do bebê e, oferecer consolo nas horas de angústias; supervalorizando a situação maternal que a mulher se encontra.

A sociedade tem muitos mitos que precisam ser rompidos, por exemplo, de acreditar que os filhos precisarão dos pais, quando estiverem grandes e o fato, no qual o menino precisa mais do pai que a filha.

A mãe deve preparar o bebê para o encontro com o pai, nesta fase é um marco da constituição do self; a relação a dois passa a ser concebida a três; da passagem do único objeto interno (mãe), para o primeiro objeto externo (pai).

Quando o pai se apresenta na vida do filho, ele “corta o cordão umbilical”, ou seja, a relação de simbiose mãe e bebê resultam no desprendimento da criança com a mãe. Portanto, essa simbolização revela a função do pai em, suprimir as necessidades da criança, a fim de, possibilitar a passagem do filho ao mundo externo.

Através das insatisfações primárias, iniciadas pelo desmame, o sujeito elabora suas frustrações; desta forma, a criança arraigada de amor e ódio, “descarrega seu ódio” no pai, porquanto, a mãe corresponde ao objeto de amor.

As excitações do menino são dirigidas à figura materna e a, presença do pai se revela na constante disputa pelo amor da mãe. A paternidade é encarada pelo menino, como duas forças antagônicas; por um lado é temida e pelo outro é admirada por seu poder. Assim, o menino se projeta nas qualidades do pai, se identificando com ele.

A figura paterna ganhou destaque nos estudos, pois, o complexo de Édipo está se desenvolvendo bem mais cedo, posto que para psicanálise ocorre por volta dos quatro a cinco anos.

O pai representa a primeira proibição da criança: o incesto. Entretanto, quando o pai, se comporta de maneira esperada pela criança, este representa alívio para o filho.

O pai deve proporcionar situações de apreço nas relações familiares, do cuidado com a mãe. E ainda, tem a função de implantar a base sólida que a mãe não consegue “sustentar”. O pai precisa ser presente, não sobrecarregando o papel da figura materna.

Segundo Aberastury (1992), o pai tem dupla função:

- Representar o objeto substituto da mãe;
- Fonte de identificação genital;

Entretanto, o pai na sua função paternal, assume difíceis tarefas, entre elas:

- “Limitar o filho” ao vínculo que liga o bebê da mãe; mostrando que existem outros objetos, além da presença materna.
- Oferecer modelos mais maduros adaptados à realidade;

Os pais precisam participar das brincadeiras dos filhos, sem bloquear o desenvolvimento natural da imaginação da criança.

No processo de aprendizagem, muitas crianças revelam seu estilo de aprendizagem associado à função paterna, ou seja, precisam da modalidade normal acomodatória para aprender, no qual segundo Fagali, engloba as seguintes características: “utilização facilitadora do verbal, do pensamento lógico, das argumentações e da praticidade extrovertida, em busca de adaptações e adequações; criações objetivas frente a situações de tensão, desafios e competições”.

Se a figura paterna não for presente a transferência de identificação com pai não acontece e o filho passa a se identificar com a mãe. Além de sobrecarregar a mãe, o menino poderá ter dificuldades de formar sua identidade psicossexual.

Segundo Winnicott, não é função da mãe:

“... tornar férteis as relações deles; isso depende do pai e das crianças. Mas está verdadeiramente em seu âmbito possibilitar essas relações, ou impedi-las ou desfigurá-las.” (Winnicott, 1982, p.133).

Quando o pai e a mãe aceitam as responsabilidades dos seus papéis a favor do filho, conseqüentemente a criança terá um bom lar e um ego forte.

4. A PRESENÇA DA FAMÍLIA NO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

“ Tal tarefa junto aos pais e á criança na realidade é o começo do tratamento psicopedagógico ...Necessitamos compreender como intervém os diferentes fatores relacionados com a aprendizagem, nessa conjuntura individual chamada sujeito.” (Paín, 1985, p.42)

Na dificuldade de aprendizagem do sujeito é necessário descobrir o que existe de errado para poder iniciar a intervenção psicopedagógica.

O problema de aprendizagem é um enigma a ser decifrado por meio da escuta situado nas múltiplas relações aluno, professor, sociedade, meios de comunicação e família.

O psicopedagogo precisa reconhecer o grau de independência que o cliente assume seu problema, se concebe como próprio ou advém de um fator externo.

Entretanto, o foco de atenção não fica só no cliente, família ou escola; mas em uma rede que todos os sistemas se conectam entre si, capazes de re-significar a história do sujeito que tem como pano de fundo os problemas de aprendizagem.

A abordagem psicopedagógica analisa os problemas de aprendizagem sobre o prisma multifatorial no qual considera família como fator relevante e consiste averiguar a existência de um não-aprender.

É impossível resgatar todo processo familiar, porém o atendimento psicopedagógico inicialmente feito com os pais permite levantar hipóteses que organiza a trama que o sujeito está inserido e gerar novas narrativas.

O atendimento psicopedagógico parte do sintoma de algo que não vai bem e que incomoda o sujeito com dificuldades de aprendizagem nos quais os demais sistemas revelam a busca pelo tratamento. Entretanto existem famílias que tenta inibir o aparecimento dos sintomas sem saber que os indícios de uma confusão ou desprazer, poderão se apresentar a qualquer momento.

A “própria família” do sujeito define a dificuldade e fornece pistas de como trabalhar com ela para a evolução do caso.

O psicopedagogo precisa ir além da escuta e buscar critérios para interpretar uma informação e atentar aos conteúdos latentes que os pais revelam na história vital, pois desta forma os personagens ganham sentido e ao mesmo tempo conhecemos o lugar que a criança ocupa no seio familiar.

A compreensão do contexto não torna a criança mais inteligente, mas o sintoma revelado outrora pelo sujeito, redefine novos significados que “nos permite re-distribuir” a responsabilidade das funções maternas e paternas.

O protótipo de comunicação entre o casal, pode revelar o modo como se instala o sintoma e como o membro “doente” tem sua função na manutenção desse equilíbrio.

“Muitas vezes o filho é usado para devolver ao carenciado o poder ou a estima perdido, com os concomitantes sentimentos de satisfação, infidelidade e culpa.” (Paín, 1985, p.41).

Desta forma, encontramos o significado do sintoma ancorado na triangulação pai-mãe-filho, ou seja, a criança passa interpretar a verdade da estrutura familiar que está inserida.

Ao resolver a problemática da criança a dinâmica familiar é atingida e dependendo do grau de particularidade que envolve o casal, o atendimento psicopedagógico é interrompido.

É fundamental o vínculo entre psicopedagogo, família e sujeito com problema de aprendizagem, a fim de facilitar a cooperação dos pais no processo de tratamento, colaborando para a evolução do caso e a conclusão do mesmo.

4.1 ESTUDO DE CASO: EXPERIÊNCIA FAMILIAR INSUFICIENTEMENTE BOA

O estudo de caso a seguir tem por objetivo fomentar a dimensão da família na constituição do sujeito aprendente por meio do olhar psicopedagógico.

Os nomes citados são fictícios.

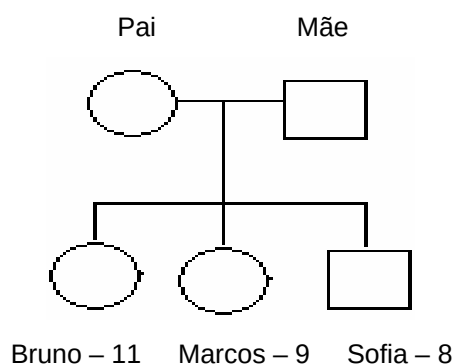
Sofia

Data de nascimento: 29/08/2000

Sexo: feminino

Idade: 8 anos

Diagnóstico Psicopedagógico: 2008

Genetograma:

Queixa: A cliente foi encaminhada pela professora, por apresentar lentidão no processo de aprendizagem e dificuldades de leitura e escrita.

Dados de entrevista:

A entrevista familiar foi realizada somente com a mãe, pois segundo a mãe o pai trabalhava muito de modo que não dava para comparecer nos horários pré-estabelecidos.

De acordo com a mãe, Sofia não aprendia porque era uma criança preguiçosa e que só queria brincar e, que mesmo com todos analfabetos em casa eles ajudavam no que podiam. A mãe não soube discriminar os problemas escolares da filha; porém associa que o mesmo corresponde ao fator hereditário: “... ela não vai aprender agora, meus outros filhos só aprenderam a ler na 3ª série... os primos têm ataques epiléticos”.

Relatou que a filha: “era só por Deus! Corro com ela para fazer vários exames.” Comentou sobre os problemas de Tireóide da filha e ainda acrescentou que ela utilizava fralda para dormir e que foi encaminhada para o neurologista a pedido da escola.

A “saída” das fraldas ocorreu com três anos de idade e conforme a mãe: “... coloquei na bacia direto depois dos três anos de idade, não teve essas frescuras de penico”.

Constantemente a mãe cita que a filha toma medicamento para obter controle dos esfíncteres durante o sono. Acredito que não exista remédio para este fim, perguntei o nome do medicamento e, disse que a filha tomava Puran 25.

Sofia nasceu de parto normal e não foi planejada. A mãe citou por várias vezes sobre a gravidez indesejada, de que não queria, mas acabou criando.

A criança amamentou ao seio até os três anos e fazia uso da mamadeira ainda com oito anos de idade. E constatou que precisa dar comida na boca da filha senão não come e precisa dar banho.

Teve um desenvolvimento normal em nível da linguagem e motor.

Segundo a professora, Sofia tinha dificuldade de acompanhar as outras crianças, brincava com todos os alunos, não apresentando isolamento. Também ressaltou que a aluna pedia várias vezes para ir ao banheiro e que no ano anterior “fez xixi nas calças”.

Síntese do diagnóstico dos problemas de aprendizagem:

A mãe favoreceu a intervenção psicopedagógica. E diferente do pai, a mãe toma iniciativa e possuiu autoridade em casa.

Reiterando, o motivo da consulta foi feita pela professora no qual argumentou que Sofia possui dificuldades de leitura e escrita e não acompanha o ritmo da classe.

Marinete, não planejou a gestação de Sofia. Marinete se arrepende da rejeição e se redime de modo a oferecer à filha tudo que era negado. Entretanto, a relação inicial da mãe em não aceitar o bebê, não querer de fato para si, alterou-se em um estado de super proteção.

Sofia é dependente de sua mãe, mamou até os três anos de idade e sua mãe não teve um cuidado materno suficientemente bom, capaz de perceber as necessidades da filha.

“ Quando a mãe normal vai deixando de preocupar-se com seu filho, o que ocorre é uma espécie de desmame. O primeiro tipo de mãe não consegue desmamar o filho porque este nunca a teve de fato para si, de modo que o desmame deixa de ter sentido; a outra mãe doente é incapaz de desmamar, ou tende a fazê-lo subitamente, sem dar atenção a crescente necessidade da própria criança ser desmamada.”(Winnicott, 2005, p.22)

Nos conteúdos latentes a mãe revelou que a família tem doenças que afetam o cognitivo e esta provém do fator hereditário. Logo, não ter evitado a gravidez não planejada, segundo Marinete, resultou em mais um filho com problemas de

aprendizagem abrigando por esta criança um sentimento de coitada e incapaz (o filho real nunca é como o filho idealizado) e assim a mãe passa a carregar o sentimento de culpa. O sentido de sintoma para a família corresponde ao fator hereditário, onde o não aprender está associado às patologias, sendo esta a doente da casa.

Já o sentido de sintoma na família, está relacionado ao sentimento de culpa pela mãe por não gerar o filho idealizado, uma vez que a filha apresenta problemas biológicos e deste modo a mãe limita as condições para a filha crescer e consequentemente autoria de Sofia fica comprometida.

A fantasia de cura, expressado pela mãe implica na impossibilidade da filha aprender, não acredita no potencial de Sofia.

Marinete ajuda a filha tomar banho e se alimentar. O leite na hora do sono é oferecido na mamadeira e utiliza fralda para dormir. Sofia é dependente de sua mãe, as atividades que eram para ela vivenciar, não ocorreram de forma saudável, modelo dessa regressão é observável no controle dos esfíncteres, pois Sofia saiu das fraldas por volta dos três anos de idade.

As atitudes da mãe são cerceadoras da autoria do pensamento. E nas palavras de Fernández (2001, p.116):

“... na medida em que não permitem a criança fazer a experiência e ter a vivência de ter conseguido por si mesma.”

A modalidade de ensino da mãe interfere no processo de conhecimento e autoria de Sofia, desenvolvendo por sua vez uma modalidade de ensino hiperassimilativa-hipoacomodativa, ou seja:

“Em vez de mostrar-guardar o conhecimento (ou seja, situar-se diante dele como aprendente), o ensinante o desmente, desmente-se, o aprendente poderá resignar-se, impedir, anular sua possibilidade de pensar oligotimizando-se... A atitude do aprendente pode representar-se na frase:” não sei”. (Fernández, 2001, p.86)

Às vezes o suposto problema de aprendizagem corresponde ao fracasso do sistema ensinante. A modalidade de aprendizagem hiperassimilativa - hipoacomodativa é um movimento patogênico de circulação de conhecimento entre o

ensinante e o aprendiz. Segundo Fernández, o modo de operar da hiperassimilação-hipoacomodação:

“... situação em que o objeto é conhecido de forma fragmentária, já que o sujeito autor não aceita sua legalidade e impõe como real o seu imaginário.” (Fernández, 2001, p.86).

Na hora de jogo a criança esperou de minha parte uma consigna apresentando dificuldades de criar, presa em um modelo. A experiência de autoria, de confiar em si mesma e acreditar no potencial foi prejudicada durante o processo de maturação.

Hora de jogo:

O jogo e o campo da aprendizagem são coincidentes. Quando o sujeito apresenta os três aspectos da função semiótica: o jogo, a imitação e a linguagem o indivíduo é capaz de aprender.

“A atividade lúdica nos fornece informação sobre os esquemas que organizam e integram o conhecimento, num nível representativo. Por isto consideramos de grande interesse para o diagnóstico do problema de aprendizagem na infância, a observação do jogo do paciente, e fazemos isso através de uma sessão que denominamos hora de jogo.” (Paín, 1985, p.51)

Na primeira hora de jogo, Sofia observou a caixa sem explorá-la. Referente ao inventário da caixa manipulou de forma pobre o objeto de conhecimento, não apresentou esquemas além da observação.

Em outro momento, brincou com a fazendinha, manifestou a capacidade de estar só na presença do outro; que corresponde ao espaço de confiança que o cliente estabeleceu comigo enquanto psicopedagoga.

“...a maturidade e a capacidade para estar a sós implicam que o indivíduo tenha tido a oportunidade...de formar para si, pouco a pouco, a crença em um meio ambiente benigno...”(apud Fernández, 2001,p.176)

Sofia desiste quando não obtém êxito em alguma atividade e esquia de tentar e sai à busca de outro objeto e no aprendizado ocorre o mesmo, pois não elabora uma lógica para chegar a cerne do problema.

Em uma expressão oral, não fez uso do pronome “eu” e diz “você” para indicar uma ação dela. A expressão verbal, identificada nesta criança é comum em crianças entre um ano e dois anos de idade, em que neste período está em desenvolvimento a identidade: “o quem sou eu”? Logo, apresentou fala regredida, com dificuldades de reconhecer e posicionar-se perante o outro.

Conforme as atitudes de Sofia, sua modalidade de aprendizagem é hiperassimilativa-hipoacomodativa, porque existe o predomínio da subjetivização, dificuldade do pensamento, pobreza de contato com objeto e por certo sofreu falta de estimulação.

Provas projetivas:

As provas projetivas têm por finalidade colocar para fora os sentimentos.

O desenho, por exemplo, poderá revelar as capacidades ou estado mental da criança em sua unidade. Segundo Maureen Cox:

“...as crianças com dificuldades de aprendizagem produzem os mesmos tipos de desenhos que as crianças normais, embora estas produzem com menor idade.” (2007, p.98)

No jogo do rabisco Sofia aproximou dos meus traços e não criou a partir do rabisco. O diálogo com a criança, durante o jogo do rabisco, disse mais sobre sua subjetividade do que os desenhos, pois os desenhos dela tendem a reprodução.

Durante o jogo, comentou sobre o irmão mais velho, utilizando a diferenciação de idade, ressaltando quatorze anos dele e dos seus oito recém feitos; demonstrando fragilidade perante aos outros.

No decorrer do Par Educativo, Sofia criou seu auto-retrato e depois representou a professora com um tamanho maior; a figura grande representa uma pessoa importante e dominadora em sua vida. As nuvens estão próximas das figuras humanas, no qual demonstra que a presença materna estabelece maior vínculo afetivo na vida de Sofia do que o pai que se apresenta como um sujeito distante.



Sofia não estabelece linha de base. E ainda, os desenhos estão inclinados, geralmente crianças de três anos e seis meses até por volta dos quatro anos que inclinam os traços do desenho.

Na família cinética, Sofia faz uso da linha de base e o pai está voando. O braço longo do pai revela agressividade.



Sofia compreende a relação do casal de forma a não se ater a vida do pai e nem da mãe. Na família os irmãos não aparecem, deixando claro o lugar que a criança ocupa no seio familiar.

Durante o diálogo Sofia revela a vontade de crescer e cita: “ a filhinha que tem oito e vai fazer nove.” A posição ocupada pela criança, de ser o bebê da casa está gerando outros sintomas, pois Sofia assume a posição de coitada e de doente.

Sofia tem característica de uma modalidade de aprendizagem hiperassimilativa e hipoacomodativa, porque, apresentou dificuldades de coerência, pobreza com objeto e desrealização do pensamento.

Devolutiva:

A história: A princesa Dó que queria ser Sol

Era uma vez uma princesa, que morava em um pequeno vilarejo da cidade. Para ser princesa não precisa morar em castelos.

A princesa morava com a mãe, o pai e seus dois irmãos e, também com ela morava seu gato de estimação. E assim a família estava completa, e a princesa era a filha mais nova do rei e da rainha.

A princesa todos os dias freqüentava a escola, e nesta escola todos gostavam dela, a professora e seus colegas de classe e até sua mais nova amiga, que passava algumas horas com ela, ajudando a descobrir a sua angústia em não aprender.

Em não aprender? Como assim? Ela sabe muitas coisas! Venha comigo, vou lhe contar uma história.

Na casa da princesa:

- Vamos filha, vou pentear seus cabelos e antes preciso te dar banho. Vamos já está quase na hora de ir para a escola.
- Já vou indo.
- Não, vamos agora.

A princesa foi acompanhada de sua mãe para a escola.

Mais um dia de aula, a princesa não conseguia concentrar-se nas lições, apresentava dificuldades de leitura e escrita, porém às vezes se esforçava, outras vezes parecia estar no mundo da lua.

A rainha, sempre falava a mesma coisa:

- Esta princesa é só por Deus! Tem muitas dificuldades, tem que dar comida na boca se não, não come.

Nas tarefas de casa a princesa fazia suas lições, às vezes um dos irmãos fazia as lições para ela.

Assim a princesa passou a se chamar Dó, porque todos tinham dó e pena dela e a princesa ficava muito triste com isso, então fingia que gostava e aceitava esse nome para não aborrecer sua família. Na verdade a princesa Dó queria ser Sol, assim como a nota musical ou até mesmo o Sol, todo iluminado e grande. E um dia a princesa Dó pensou:

- Não quero chamar Dó. Dó é muito pequeno eu queria me chamar Sol, para ser grande e todos os dias sempre brilhar e sempre me enxergarem.

Parece que alguém escutou seus pensamentos, uma fadinha chegou até ela e disse:

- Princesa Dó se quiser ser Sol terá de brilhar.

- Como assim brilhar?

- Mostrando seus raios de Sol, fazendo aquilo que já sabe sem ajuda, porque só assim você vai crescer. Que tal começar por tomar banho sozinha, fazer sua lição de casa, prestar atenção nas aulas, contar o que você aprendeu para seu pai, sua mãe e seus irmãos? Agora eu já vou, meu tempo esgotou! Vou ajudar outros príncipes e princesas que me esperam.

No dia seguinte, na casa da princesa Dó:

- Filha o que está fazendo?

- Acabei de acordar, estou preparando meu lanche. Hoje é a festa a fantasia esqueceu mamãe?

E o irmão disse:

- Você tem lição de casa, eu vi no seu caderno!

- Eu já fiz tudo! Agora preciso me arrumar.

Todos ficaram surpresos, porque a princesa se dedicava, prestava atenção nas aulas, nos compromissos e não ficava envergonhada quando não sabia, pois sempre perguntava para a professora suas dificuldades. Ou então:

- Professora eu sei a resposta.

Assim a princesa Dó passou a se chamar Sol e Dó, já não era seu nome.

“Todos os dias foram assim. Amanhã vai ser? Vamos esperar a princesa Sol aparecer!”

Devolutiva para Sofia:

Iniciei perguntando à Sofia se ela lembrava do motivo dela participar das sessões, ela disse que havia esquecido e que não sabia. Logo esclareci o motivo do diagnóstico, pontuando seus problemas de leitura e escrita e sua angústia em não aprender.

A devolutiva iniciou com a história, ela sorriu, percebeu que era sua história. Foram pontuados temas que considerei importante, desde as vontades em crescer até sua autoria comprometida.

Atentei para os aspectos referentes ao crescimento, salientei que vai para o 3º ano e terá de se empenhar mais, mencionando a vontade de crescer e relatei que quando se cresce precisa fazer algumas atividades sozinhas.

Sugeri atividades que cabe a ela fazer sozinha: preparar o café da manhã, pentear os cabelos, verificar as lições...À medida das sugestões, Sofia complementava: “arrumar a casa, escovar os dentes, fazer toda a lição, guardar as bonecas...”.

O potencial de Sofia se desenvolverá, se a parceria for além do campo psicopedagógico e transcender efetivamente no âmbito escolar e familiar.

Devolutiva para a mãe:

Marinete, a mãe de Sofia, escutou a história e mencionei que pertence à filha e que precisa ser recontada cerca de uma vez por semana.

Através da leitura informei a respeito da autonomia que Sofia necessitava constituir para progredir. Desta forma, abordei assuntos de como a mãe e a família poderão participar no cotidiano da filha. Sugeri que perguntasse sobre o dia de Sofia, dar um “visto” nas lições de Sofia embora a mãe seja analfabeta, elogiar naquilo que tem potencial, importância da mãe em participar das reuniões escolares, para a família participar juntos de uma tarefa. E ainda informei a mãe que desse oportunidade para a filha a realizar tarefas sozinhas, por exemplo: preparar café da manhã, pentear os cabelos e levar a filha aos especialistas quando solicitado ou preciso; uma vez que a mãe sente vergonhoso e menosprezada pelo fato de a filha necessitar constantemente de profissionais especializados.

Durante a devolutiva a mãe disse que ela toma banho e come sozinha, embora na Reconstrução Vital mencionasse o contrário, fortalecendo a dependência da filha. A modalidade de ensino da mãe, de acordo com Fernández, tende a desmentir no qual gera desconexão do que fala e faz.

Relatei para Marinete que Sofia queria crescer e que para um crescimento saudável, Sofia precisará vivenciar experiências que incidam sobre autonomia, logo sugeri a mãe: "... não realizar aquilo que a filha já sabe, embora seja a mais nova dos filhos." A mãe simultaneamente disse: "É verdade, meus meninos falam que eu só faço as coisas para ela".

Encerrei com Marinete atentando para a dimensão que ela, a mãe, tem sobre o desenvolvimento dos filhos no qual precisará "fazer sua parte em casa".

Devolutiva para a professora:

Fiz a leitura da história para a professora e relatei a idade cognitiva de Sofia, as dificuldades escolares, a autoria comprometida por causa da família, a interação familiar, a vontade de aprender relacionada a poder participar em classe como os outros amigos participam.

Esclareci a necessidade de "passar" Sofia para o 3º ano, porque apesar das dificuldades, conforme a professora: "no final ela recupera o ritmo", a professora está mais vinculada com aluna, apresentando dificuldades de deixá-la caminhar. Apesar dos vínculos afetivos com a professora, a relação com os colegas da classe é maior, durante as sessões Sofia resgatou constantemente os colegas e seu desejo em fazer parte dele querendo participar da mesma forma que os demais.

A professora agradeceu o atendimento e solicitou a continuar o trabalho e disse: que se soubesse que a participação em entregar cadernos fosse tão importante para Sofia, ela deixaria entregar, porém sempre dá hora de ir embora e ela nunca termina as lições a tempo.

É necessário Sofia acompanhar seu grupo escolar, o não acompanhar será frustrante para ela, um fracasso que poderá resultar em outro problema.

A escolha da história:

A história foi escrita para facilitar a compreensão da Sofia, porque ela apresenta dificuldades de compreensão de leitura.

Os personagens escolhidos são os que Sofia aprecia, característicos dos contos de fadas.

O enredo da história retrata os nomes dos personagens: Sol e Dó, das notas musicais; porquanto a criança estava participando da orquestra da escola. Transpondo para o significado: Dó, no sentido de representar “pena” e Sol, no sentido de ser “grande”.

Fazendo a releitura da devolutiva associada ao caso, a devolutiva deveria ser menos objetiva e mais metafórica, pois o importante não é passar para a criança aquilo que ela já sabe e vivencia, mas possibilitar dentro do contexto do sujeito a construção de um sentido, embora não compreendido a nível consciente no primeiro momento; até mesmo porque o nível inconsciente tem outra forma de estabelecer a comunicação, por meios indiretos, não pelo processo lógico ou pela ordem temporal.

Análise do caso:

Conclui que o núcleo da dificuldade de Sofia encontra-se no fator interno familiar.

Sofia tem dificuldades de leitura e escrita e está no período silábico-alfabético. Segundo, a realização das provas operatórias de Piaget, Sofia apresentou uma idade mental de cinco anos. Sofia está em uma sala de alfabetização e constantemente expõe o desejo de apropriar-se do letramento, para ela a escrita denota crescimento.

Conforme a família, o sintoma está relacionado aos fatores hereditários e por isso ela não aprende querendo apenas brincar, logo Sofia é rotulada como a doente coitada é incapaz da família. Esta posição que Sofia ocupa impede e inibe seu crescimento afetando sua aprendizagem, entretanto, esta situação é geradora de desconforto, nos conteúdos latentes revela a vontade de crescer, porém sente insegurança de se desprender da mãe e se menospreza perante ela.

Sofia, não se apropria do conhecimento, para ela o conhecimento está no Outro e situa-se apenas na posição de aprendente, suas respostas circulam em torno do: eu não sei, eu esqueci, eu não lembro e sempre desiste quando se depara com um desafio.

A modalidade de aprendizagem de Sofia é hiperassimilativa-hipoacomodativa, apresentando um quadro de Oligotimia, ou seja, ritmo de aprendizado lento causado por fatores psicológicos (neurose/psicose) gerado pelo ensinante.

Os aspectos emocionais estão relacionados às rupturas no aprendizado, ela carece de alguém que acredite no seu potencial.

O trabalho psicopedagógico atingiu um fim terapêutico, Sofia vivenciou experiências, liberou parte de suas angústias, passou a dizer: “eu pensei”, o espaço lúdico favoreceu a posição de ensinante. A devolutiva teve um papel fundamental, sendo o elo de comunicação, de fortalecimento da interação efetiva familiar.

Desta forma, o psicopedagogo é um ensinante por ensinar e aprender ao mesmo tempo com seu cliente. No atendimento psicopedagógico, o psicopedagogo reelabora as angústias do outro, buscando ao mesmo tempo a sua identidade profissional e, quando desdobra ao campo pessoal este precisa de análise terapêutica.

“Ser ensinante é poder fazer o trabalho subjetivo de aceitar que, tal como um objeto transicional, a prova de que fomos úteis está em que o aprendente não necessita mais de nós.” (Fernández, 2001, p.35).

4.2 INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DIANTE DA FAMÍLIA

No atendimento clínico o responsável pela criança tem um espaço de acolhimento no qual a família é escutada e conseqüentemente escuta o filho.

O psicopedagogo ao intervir de forma preventiva, funciona como mediador da trama familiar que está inserido o suposto sujeito com dificuldades de aprendizagem. Ao intervir no sintoma da criança, o psicopedagogo “provoca” desequilíbrio na manutenção familiar, re-organizando os lugares parentais.

Os pais manifestam diferentes comportamentos e resistências diante do “problema do filho”; muitas vezes sentem-se impotente e culpado diante aos fracassos.

As crianças percebem todas as condutas inconscientes ou conscientes dos pais e posteriormente ocupa o lugar que é confortável no seio familiar, mas nem sempre vai de encontro com seus ideais, ou seja, sonha um sonho que é do outro a favor da manutenção e equilíbrio parental.

A família a partir dos sintomas do sujeito tem a necessidade de buscar tratamento e resolver a problemática da criança manifestada na aprendizagem. Entretanto, privilegiam respostas prontas de modo a explicar a causa do sintoma a

partir do biológico, afastando a responsabilidade e camuflando a possibilidade da origem da dificuldade corresponder ao âmbito familiar.

Os pais idealizam o filho real e busca diagnóstico que justifica a “deficiência” da criança. No atendimento psicopedagógico com os pais o psicopedagogo precisa abrir espaço para reflexão e expor a implicação da família na constituição do sujeito aprendente e reconhecer seus limites a fim de não se colocar no lugar do saber.

O diagnóstico da criança precisa ser significado para a família, porém o profissional não deve encerrar o caso com a resposta final, mas antes deixar em aberto o espaço para a família transitar sobre a singularidade do filho, de permitir que os pais tenham informações precisas para lidar melhor com as dificuldades, limites e angústias que perturbam o aprender.

O psicopedagogo precisa saber comunicar com a clientela e atentar para não responder através do imaginário devendo esperar o momento oportuno de expor os conflitos e propor sugestões, pois poderá gerar desconforto com a família do cliente e abandono do atendimento.

Segundo a prática de Aberastury:

“Não era o conselho que modificava as mães, senão o apoio que de mim recebiam; mas descobri o perigo dessa relação quando comprovei que me idealizavam e viviam numa extrema dependência comigo, suportando mal as frustrações. Surgiram assim inesperados ressentimentos e a tendência era sentirem-se perseguidas pela terapeuta.”
(Aberastury, 1992, p.249).

É conveniente a neutralidade profissional para que o psicopedagogo não “contamine” sua prática com suas crenças e, por conseguinte venha a reproduzir valores preestabelecidos. Portanto, é fundamental análise pessoal e a supervisão, porque, o psicopedagogo mesmo com a formação acadêmica apresenta dificuldades de atuar com o desconhecido e o incerto.

É função do psicopedagogo possibilitar a tomada de consciência dos conflitos que dificultam a relação entre pais, filhos e conhecimento.

Entretanto, muitas vezes, o psicopedagogo apresenta dificuldades de orientar a prática dos pais, pois a mãe ou o pai não sustenta a conduta indicada ou fazem de forma inautêntica. O caminho para efetivar a participação e conscientizar os pais a reverem seus papéis depende do vínculo estabelecido com o profissional.

“Este filho, corpo disforme, amorfo, feio, torpe, lento, monstruoso ou imóvel... Não é esta a herança que se buscava. Não se pode reconhecer nele. Então, não há onde situá-lo... Por isso, toda a conquista e sucesso são a partir dali. Com os pedaços quebrados, com os restos, com enfoques novos que irão surgindo nos pais, e que a partir de nosso lugar terapêutico os ajudaremos a ir construindo. Com inevitáveis ortopedias.”
(Jerusalinsky, 2007, p.304)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho demonstrou a dimensão da família na constituição do sujeito aprendente, no qual a família e a criança são percebidas através do foco psicopedagógico.

A psicopedagogia se reporta com as questões da aprendizagem e dá ênfase na singularidade do sujeito, de modo que considera a criança como aprendente e ensinante.

Acerca da história da família, bem como delineada, é perceptível o quão ela sofreu diversos arranjos e, portanto não é plausível a definição.

Não podemos considerar apenas os sintomas apresentados pela criança exclusivamente pelo nível orgânico, porque muitas vezes a criança revela na realidade um mau funcionamento da sua estrutura familiar.

O psicopedagogo tem como ofício resgatar o prazer do sujeito que não aprende e desvendar aquilo que o impede de constituir como sujeito aprendente-autor. Portanto é necessário ter acesso aos vínculos iniciais do cliente, referente à forma que o sujeito foi concebido no seio familiar e como vem sendo observado, pois o passado representa a possibilidade do ser humano reescrever sua história.

No atendimento clínico a família é fundamental para encontrar a possível busca do não aprender, pois é no meio familiar que ocorrem as primeiras aprendizagens e a partir da mãe o ser humano se constitui enquanto sujeito e se reconhece enquanto tal.

Não existe a família problema de aprendizagem, o psicopedagogo faz um recorte do ambiente familiar da criança, porque o sintoma acompanhado pelo psicopedagogo passa antes pelos pais.

O aprender e o ensinar estão intrínsecos na relação vincular e quando o ambiente não proporciona a busca do auto conhecimento, autoria e do exercício de perceber a criança como ensinante, o sujeito fica limitado às capacidades que o outro depositou e assim sua modalidade se enrijece, e o sujeito passa a compactuar com os ideais da mãe ou do pai e tão pouco se sente capaz de aprender.

Na medida em que compreende a dinâmica familiar do sujeito o sintoma torna consciente e o psicopedagogo intervém na finalidade de conscientizar os pais a reverem os seus papéis e deste modo surge o processo terapêutico, porque a família é acolhida e a nossa intervenção auxilia o sujeito se historiar.

Cabe ao psicopedagogo, ampliar visão dos pais sobre os problemas de aprendizagem e conscientiza-los que o conjunto de sensações e percepções do ambiente possibilita ao sujeito o desejo de aprender e que tal desejo precisa se fundamentar em um movimento dialético saudável entre o sujeito e a família.

BIBLIOGRAFIA:

ABERASTURY, Arminda. Psicanálise da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BEE, Helen. O ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BOSSA, Nadia aparecida. A psicopedagogia no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CAMPOS, Marília Freitas. Infância, escola e pobreza. Campinas, Sp: Autores associados, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ, 1995.

CASEY, James. A história da família. São Paulo: Ática, 1992.

CERVENY OLIVEIRA, Ceneide M. de (org). Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

COX, Maureen. Desenho da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DELLA TORRE, Maria B. Lima. O homem e a sociedade. São Paulo: Nacional, 1979.

FAGALI, Eloísa Quadros. Contribuições da Arteterapia para a psicopedagogia. São Paulo: s.ed.s.d.

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artmed, 1991.

_____. A mulher escondida na professora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. O saber em jogo. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Os idiomas do aprendente. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

JERUSALINSKY, Alfredo. Psicanálise e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

KOENIG, Samuel. Elementos da sociologia. Guanabara, 1988.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LAPLANCHE, PONTALIS. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCONDES, Durval. Noções gerais de higiene mental da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1946.

MORGADO, Maria Aparecida. Da sedução na relação pedagógica: professor e aluno no embate com os afetos inconscientes. São Paulo: Summus, 2002.

NÁSIO J.D. Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

OSÓRIO, Carlos Luiz. Terapia de famílias. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, Martha Khol de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. Processo da aprendizagem e o papel da escola na transmissão dos conhecimentos. Cadernos CEVEC, 1984.

_____. Subjetividade e objetividade: relações entre desejo e conhecimento. São Paulo: Cevec, 1996.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky. São Paulo: Plexus, 1998.

PICHON RIVIÈRI, Enrique. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
_____. Teoria do vínculo. São Paulo: Ltda., 1982.

POLITY, Elizabeth. Ensinando a ensinar. São Paulo: Lemos, 1997.

_____. Dificuldades de aprendizagem e família: construindo novas narrativas. São Paulo: Vetor, 2001.

PRADO, Danda. O que é família? São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, Ivete (org). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

RUBINSTEIN, E. Psicopedagogia: uma prática diferentes estilos. São Paulo: Casa do psicólogo, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCOZ, Beatriz J. Lima. (org). Psicopedagogia – O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia Clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

WINNICOTT, D.W. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1935.

_____. Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

WINNICOTT, D. W. A criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WINNICOTT, D. W. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997